

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 9 DE JULHO DE 2013

NÚMERO 6.568

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Valmir Comin

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Ana Paula Lima

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Mauro de Nadal
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Altair Guidi - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Valmir Comin
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Aldo Schneider
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Gelson Merisio
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Valmir Comin
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merisio
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Altair Guidi
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Valmir Comin
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Gelson Merisio
Sargento Amauri Soares

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora em exercício: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII NESTA EDIÇÃO: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 046ª Sessão Ordinária realizada em 13/06/20132 Ata da 047ª Sessão Ordinária da 3ª sessão Legislativa realizada em 18/06/20136</p> <p>Atos da Mesa Ato da Mesa DL 15</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes 15 Avisos de Licitação 17 Extratos 17 Ofício 18 Portarias 18 Projetos de Lei 21 Projeto de Resolução 28</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 046ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Gelson Merísio - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos assiste pela TVAL e pela Rádio Digital, quero fazer menção ao vereador de Joinville, o Maycon Cesar, que nos visita, vereador de

primeiro mandato, que tem desempenhado sua função naquela Casa Legislativa, lá na minha cidade, escola pela qual tive a honra de passar, pois é uma grande escola a Câmara de Vereadores de Joinville.

Entendo que esse trabalho que é feito aqui torna Santa Catarina uma referência nessa atuação, por conta de inúmeras tragédias pelas quais passamos no estado, sejam elas de enchente, de seca, de furacão, de tornado. E estou falando, deputado Neodi Saretta, dos 40 anos da nossa Defesa Civil, que estão sendo comemorados neste ano.

À época, em 1973, o governador era Colombo Salles. E através de uma visão extraordinária que teve ele criou a Defesa Civil, justo em 1973. E em menos de um ano depois ela já precisou fazer o seu papel, seu primeiro trabalho, na grande enchente de Tubarão, em 1974. De lá para cá uma série de eventos até catastróficos foram sendo registrados, fazendo com que Santa Catarina envolvesse todo o seu povo, num momento de solidariedade tão fantástica, que nos trouxe, infelizmente por um lado e felizmente por outro, esse *know how* que temos com relação à proteção civil.

Peço que seja colocado um vídeo que foi rodado ontem na cerimônia de entrega de algumas condecorações, que faz o registro desses 40 anos da Defesa Civil aqui no estado de Santa Catarina.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Esse é um vídeo que achei extremamente importante, sr. presidente, trazer e deixar registrado na Casa, até porque mostra que, de tempos em tempos, estamos sofrendo alguma situação com relação ao clima em nosso estado.

Esta Casa, nesta legislatura, decidiu criar uma comissão permanente de Proteção Civil para envolver os 40 deputados, os funcionários da Casa, como também a Escola do Legislativo, para que não possamos ficar simplesmente acompanhando o processo, mas, sim, fazer parte de todo esse processo. Até porque quando acontece algum efeito climático, nós, deputados, somos acionados porque estamos lá e precisamos levar ajuda.

Então, quero deixar aqui esse registro que aos 40 anos da Defesa Civil este Poder está participando efetivamente desse processo, agora, sob a presidência do deputado Jean Kuhlmann, na comissão de Defesa Civil. Eu fiquei nos dois primeiros anos, desde a sua fundação, mas agora me deram a missão de ocupar a Mesa, mas fico muito contente em poder participar e ver que a comissão de Defesa Civil está atuante nesse processo de busca de solução.

Quero fazer aqui um registro digno de ser feito em relação ao governo do estado

através do governador Raimundo Colombo que tem se empenhado para prever o futuro. Está sendo colocado aqui o radar meteorológico que vai nos dar condições de ter alguma antecipação dos fatos.

Faço aqui também um registro positivo da prefeitura de Itajaí, que lançou um sistema, presidente, em que agora os cidadãos de Itajaí que se cadastrarem nesse sistema poderão receber, através do telefone celular, mensagem dizendo da altura do nível do rio Itajaí, ou seja, isso é informação.

Lembro-me de que na última enchente, quando ainda era presidente da comissão de Defesa Civil, estávamos passando pelas cidades do vale do Itajaí. E ao chegar a Itajaí, lembramos o que aconteceu no Rio de Janeiro, quando o prefeito saiu com o carro avisando que vinha uma grande chuva, para que as pessoas pudessem sair das regiões perigosas. Na última enchente o prefeito, à época, Jandir Bellini também fez o mesmo, ou seja, colocou o carro de som avisando que vinha água, porque a água estava descendo do alto vale, e isso acabou ajudando muito as pessoas.

Assim, prevenção é a palavra chave quando se trata de Defesa Civil, ou seja, prevenir, alertar, pois não adianta ficar sabendo na hora do evento.

Então, parabéns ao governo do estado, que está fazendo esse trabalho forte junto com o banco Jica, do Japão, para que possamos ter aqui tecnologia de ponta, para que possamos prever essas situações que acabam trazendo tantas dificuldades para Santa Catarina.

Srs. deputados, sei que o meu registro leva a assinatura dos 40 deputados desta Casa, pelos 40 anos da Defesa Civil. O meu registro positivo às entidades governamentais, ao Exército brasileiro, que faz um trabalho fantástico neste momento, aos bombeiros voluntários, aos agentes da Defesa Civil, às organizações não governamentais, como o PXC, como a Rede Feminina de Combate ao Câncer e tantas outras, ou seja, ao voluntariado que é o elenco que torna a Defesa Civil, esse trabalho de voluntariado e de construção tão bonito como o que é feito aqui.

Parabéns mais uma vez ao agora secretário de Proteção Civil, Milton Hobus, que viveu há pouco tempo essa grande dificuldade em sua cidade natal, Rio do Sul, que agora pode socializar a experiência que tem junto à secretaria de Defesa Civil do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, gostaríamos de repercutir nesta tribuna uma medida anunciada ontem pela presidente Dilma Rousseff, uma medida importante dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida, que é um dos maiores programas habitacionais que este país já teve, que está possibilitando a milhares de pessoas o acesso à moradia, que é o sonho de toda pessoa, de toda família.

Agora, temos um novo benefício a esses integrantes do Programa Minha Casa, Minha Vida, que terão à disposição uma linha de crédito especial, no total de R\$ 18,7 bilhões, que estão sendo colocados nessa linha de crédito para comprar móveis e eletrodomésticos.

Essas famílias poderão ser beneficiadas com recursos de até R\$ 5 mil,

com taxas de 5% ao ano, prazo de pagamento de 48 meses e desconto de 5% no preço à vista. Considera-se preço à vista e mais um desconto de 5%, portanto, uma condição bastante facilitada para que possam esses beneficiários do Bolsa-Família acessar a esses recursos importantes que garantem, além da casa própria, a questão dos eletrodomésticos incluídos como também móveis, roupeiros, camas, mesas, sofás etc.

Nós queremos destacar isso, porque entendemos que é importante essa medida que será operacionalizada através de um cartão magnético, que o governo vai disponibilizar, emitido pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, que são os operadores do programa.

Nós esperamos que esse programa Minha Casa Minha Vida continue possibilitando que mais gente, mais pessoas possam ter acesso à moradia.

O segundo assunto que eu gostaria de abordar, nesta manhã, é ainda fazer repercutir mais um pouco a aprovação que nós tivemos, nesta Casa, do Fundo de Apoio aos Municípios, desses R\$ 500 milhões que vão socorrer os municípios. E que esses recursos, além dos nossos desejos, sejam liberados o quanto antes possível, para que todos os municípios possam ter acesso, mas que possam também nos municípios promover de fato o desenvolvimento municipal, fazer as obras mais necessárias para cada uma das comunidades catarinenses.

Nós acompanhamos, seguidamente, as ações dos municípios, dos nossos prefeitos, de secretários, da comunidade dos municípios, que anseiam sempre por melhorias. E temos muito a fazer, principalmente, na melhoria da qualidade de vida das nossas comunidades; portanto, esses recursos devem ser prioritariamente canalizados para isso, para ações e serviços que melhorem a qualidade de vida da nossa gente e do nosso povo.

Além desses recursos do fundo para obras, entendemos, e vou voltar a esse assunto, de que Santa Catarina deve destinar, deputado Sargento Amauri Soares, um percentual maior para a saúde e para a educação, já que no ano passado ficou abaixo dos limites condicionais. E sabemos que para desenvolver efetivamente um país a educação é o fundamental, mas é preciso mais recursos. E a questão da saúde é sempre o tema que mostra maior angústia, maior expectativa por parte da comunidade por melhorias.

Então, acredito que no bojo de todos esses recursos que estão sendo anunciados para obras, para infraestrutura, também deve se pensar na questão dos serviços públicos, da saúde, da segurança, da educação, que não pode ser relegado a um segundo plano.

As obras físicas são importantes, fundamentais, a infraestrutura, as rodovias, tudo isso é importante. Mas a parte do serviço, do atendimento direto ao cidadão é importante, é fundamental, sem o que não teremos efetivamente a garantia da qualidade de vida para os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem nos acompanha pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, quero voltar ao assunto sobre a questão do transporte coletivo.

Numa avaliação mais tranquila, enquanto o transporte coletivo, que é uma concessão pública, for tratado como uma fonte

de lucro ou mais uma fonte de lucro, não haverá nada que se possa chamar de uma efetiva política de mobilidade urbana nos grandes centros urbanos e nas cidades maiores do estado de Santa Catarina também, especialmente na Grande Florianópolis.

Quero dizer que por mais que se diga ou que se pretenda dizer algumas vezes que o problema do transporte é pela greve dos trabalhadores, o que acaba criminalizando a greve, tomam-se decisões absurdas e são ditas frases totalmente desproporcionais, despropositadas, contra os trabalhadores em greve ou sua sindicância.

É preciso falar também dos diversos absurdos que se cometeu na política de transporte coletivo aqui da capital, na última década. Inclusive, uma pretensão de transporte integrado levou à desintegração do pouco que havia do transporte coletivo. Há uma dezena de terminais construídos e três deles pelo menos nunca foram usados. Foram construídos com dinheiro público e estão abandonados até hoje. E de vez em quando sai na mídia que tem sido espaço para reunião de consumo e tráfico de drogas, cometimento de outros ilícitos, inclusive estupro. Esses terminais foram construídos com dinheiro público e dados para administração das próprias empresas do transporte coletivo, que cobram uma taxa na tarifa porque administram os terminais.

O consórcio das empresas, chamado Cotisa, controla os terminais, usa-os como espaço de venda, mercado público, *shoppings* pequenos e cobra do usuário. Mas esse consórcio administra os terminais construídos com o dinheiro público. Esse é um dos absurdos que se cometeu aqui na capital com o transporte coletivo. E digo isso porque parece que não se pretende falar.

Tenho defendido, nesta tribuna, a construção de uma empresa pública de transporte. E volto a esse ponto na medida em que poderia começar a resolver o problema da mobilidade urbana na grande Florianópolis. Dizem que não pode. Mas é claro que pode, pois se é uma concessão pública o Poder Público pode tomar para si a responsabilidade. Aliás, a responsabilidade é do Poder Público. Por que não constituir uma empresa pública de transporte? E chamaram de mais absurdo ainda o que vou dizer agora, que seria racionalmente importante a extinção da tarifa, ou seja, uma empresa pública que preste um serviço, que também é um serviço essencial, de forma gratuita.

Srs. deputados, a maioria por aí afora dos formadores de opinião, inclusive aqui, neste Parlamento, acham essa proposta absurda. Mas quero afirmar que só pode parecer absurda para quem considera que tudo e qualquer coisa possa ser sempre uma fonte de lucro privado para alguém, porque desde o ponto de vista econômico até o ambiental, sem falar do direito à cidade, do direito inclusive de sair para procurar emprego, ter o sistema de transporte gratuito com certeza seria muito importante para o conjunto da sociedade, para todas as classes sociais, porque esse dinheiro que os trabalhadores pobres das cidades gastam com transporte não iria para Miami, Nova Iorque, Londres e Paris, ficaria no comércio das nossas próprias cidades, girando.

Agora, é interessante aqui que quem acha um absurdo defender o sistema de transporte gratuito não acha absurdo o Poder Público dar milhões e milhões em incentivos para monopólios do automóvel. Estamos cada vez mais engarrafados nas nossas cidades, cada vez gastando mais tempo, combustível, mais recursos econômicos e, também, mais natureza, dilapidando mais o ambiente. Mas não se considera absurdo. E para mim é

absolutamente absurdo o Poder Público gastar milhões e milhões em políticas de incentivo a monopólios do carro.

Se usássemos 30% desse recurso com o sistema de transporte coletivo, com certeza não teríamos as imensas filas que temos todos os dias. E também geraria emprego. A BMW vai gerar sei lá quantos empregos. A GM tem uma fábrica montadora de peças no norte do estado. E eu estava lendo, deputado Kennedy Nunes, que ela tem 300 empregos para catarinenses. Cem pequenos agricultores de Santa Catarina proporcionam mais empregos do que a GM. E precisa ganhar todos os incentivos do mundo. Mas isso ninguém considera que é um absurdo.

Agora falaram que tem que subsidiar o transporte, fazer uma empresa pública de transporte coletivo, com vista a baratear muito o preço da tarifa ou então, de preferência, e é possível, viável ou não, do ponto de vista econômico, ambiental, cultural e de direitos, que o transporte seja um direito essencial e garantido de forma pública, para que as pessoas tenham efetivamente direito à cidade e esses recursos fiquem girando dentro da própria cidade, dentro do próprio estado. Mas isso não se fala. Então, mantém-se silêncio o ano inteiro.

Quando os trabalhadores fazem greve dois dias, cai o mundo, porque a sociedade, a população, perdeu o seu direito de ir e vir. Mas não se fala do precário direito de ir e vir que todos nós temos todos os dias e de 30% da população que não tem esse direito, porque tem que ficar lá no bairro, porque não tem dinheiro para pegar o ônibus sequer para vir procurar emprego. Vai caminhando de um bairro até outro ou de bicicleta, para ver se encontra um trabalho.

Senhores, nesse tempo que falta quero falar ainda de uma questão também importante.

Com relação ao salário dos servidores militares do estado de Santa Catarina, existe uma insatisfação dos praças, com algumas propostas que foram apresentadas pelas esferas de comando. Propostas de subsídios que têm como contrapartida a retirada de direitos importantes, como a jornada de trabalho, remuneração da graduação imediata etc.

Existe a necessidade de se construir uma política justa de salário, aquela que trata todos de forma proporcionalmente igual. E para nós proporcionalmente igual, em termos de salário, é que o maior salário não seja mais do que quatro vezes o menor salário, ou seja, uma diferença de no máximo quatro vezes entre o maior e o menor salário, dentro da estrutura da segurança pública. E no caso específico dentro das carreiras dos militares estaduais. Essa é a baliza.

E quero recorrer aqui ao governo do estado, ao Poder Executivo, ao próprio governador, mais especialmente ao secretário Antônio Gavazzoni, secretário da Fazenda, ao Derly da Anúnciação, da Administração, que estão tratando desse assunto neste momento, que, por gentileza, possam se ater as essas balizas com relação à diferença de quatro vezes entre o maior e o menor salário, no trato da política para os militares estaduais.

Os praças estão em regime de prontidão, pode-se dizer assim, no estado inteiro, prontos para as mobilizações, na perspectiva de não perder nenhum direito e na perspectiva de que possamos ter uma política de salário justa.

Então, o secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, e o secretário Derly da Anúnciação, da Administração, precisam estar atentos a essas questões. E estou recorrendo

aqui inclusive porque não tenho conseguido falar pessoalmente com eles, então, desta tribuna recorro a esse cuidado, porque tem coisas sensíveis na segurança pública e entre os militares que vêm de duas décadas, que precisamos ter atenção sobre elas, porque podem tomar medidas que desagrade a maioria, e isso não é bom para a população e não é bom para a segurança dos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente e srs. deputados, Itajaí, dia 15 de junho fará 153 anos de história e de sucesso.

(Passa a ler.)

"Itajaí, cidade evoluída do litoral catarinense.

Itajaí, beijada pelas águas azuis e balançantes do Oceano Atlântico, que na satisfação incontida de quererem beijar a orla marítima, redilham-na de branca espuma.

Itajaí, terra de sol e do mar, de praias e belas sereias, da brisa suave e fagueira que envolve as brancas areias.

Itajaí, de um povo trabalhador, hospitaleiro, amigo sincero e leal, jamais em todo Brasil, você verá outro igual.

Itajaí, toda esta poesia advém a sua geografia, que desenha a sua economia.

Da poesia que vem do rio e do mar.'

Da geografia do rio e do mar, na porta de entrada do portentoso vale do Itajaí, na Foz do Rio e da Amfri, na rota do sol da Costa Esmeralda, que vem do rio e do mar.

Da economia, cuja força vem das águas do rio e do mar.

Da identidade, cujo DNA vem do rio e do mar.

Porto, pesca, construção naval, Petrobrás, turismo...

É a força das águas, a força do rio e do mar.

Parabéns Itajaí, 153 anos! 2ª economia de SC, 35ª do Brasil." [sic]

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, deputado Volnei Morastoni, depois da sua declaração de amor a Itajaí, faltou uma declaração a toda Santa Catarina.

Como deputado do Partido dos Trabalhadores, participamos esta semana do Orçamento regionalizado em Rio do Sul, e queremos dizer que com relação a essas plenárias, de certa maneira, estou de acordo com o deputado Joares Ponticelli, pois elas só se justificam se o Orçamento for impositivo. Vale o debate democrático, a discussão, mas precisamos fazer com que o Orçamento regionalizado no mínimo tenha um percentual definido no Orçamento do estado para execução de obras que são prioritárias, consensuais.

Quando apresentamos as prioridades da região verificamos que várias delas não foram consenso na região, pois uma pessoa pede uma obra para um lugar, outra pessoa pede para uma localidade diferente, como por exemplo, uns pediram a ligação de Presidente Getúlio a BR-116, outros pediram a ligação de Santa Terezinha, onde faremos uma audiência pública, a Santa Cecília, mas essas não são obras do conjunto da região, no entanto algumas são.

Então é importante, deputado Volnei Morastoni, que faça parte do Orçamento do estado, pelo menos, um percentual para ser aplicado em obras consensuais, e cito como exemplo, deputado Volnei Morastoni, o seu trabalho, pois v.exa. tem feito, eu diria, o maior diagnóstico hospitalar do Brasil em termos de assembleia, um trabalho primoroso. Estamos vendo que há várias ações na área da Saúde que são por consenso, mas não conseguimos definir a aplicação dos recursos.

Esperamos que o governador se sensibilize com esse pacote de recursos do governo federal que está vindo para Santa Catarina, a exemplo do hospital regional e o alto vale, em Rio do Sul, que já está aprovado no ministério da Saúde para termos serviços de oncologia e que precisa de R\$ 1 milhão. São R\$ 500 mil para adequar a área física e preparar algumas salas; e mais R\$ 500 mil para equipar a estrutura. E a partir daí os pacientes da oncologia da região do alto vale não necessitarão mais de deslocamento para Lages ou para Florianópolis. Então, trata-se de obra consensual do alto vale.

Durante o primeiro mandato conseguimos alocar R\$ 1.150 milhão para o referido hospital, para a área de oncologia, no entanto, uma série de contingências internas fez com que esse recurso tivesse que ser utilizado em outras áreas. Mas já está aprovado pelo ministério o credenciamento de serviços de oncologia no alto vale do Itajaí, para o hospital regional.

É importante trabalharmos para que desses recursos federais R\$ 1 milhão seja direcionado para diminuir, amenizar o sofrimento de um conjunto da sociedade catarinense que não tem para quem recorrer.

Ao mesmo tempo, é importante dizer aos catarinenses e deixar claro nesta tribuna que o Partido dos Trabalhadores, que as comissões de Constituição e Justiça e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, tiveram uma postura responsável ao fazer as suas emendas para tentar ter mais clareza no encaminhamento e no formato da aplicação dos R\$ 500 milhões que virão para Santa Catarina e devem ser investidos diretamente nos municípios, para que um percentual seja designado pelos parlamentares desta Casa, e temos que parabenizar o governador, porque pelo menos no período em que aqui estou, pela primeira vez, tem-se essa postura republicana, a mesma do nosso governo federal, adotada pelo presidente Lula e, agora, pela presidente Dilma Rousseff, porque até então, antes, isso não acontecia.

Então, dos recursos que serão aplicados nos municípios, teremos que ter mais clareza das prioridades, do formato e dos métodos adotados levando-se em consideração as características de cada cidade, o número de habitantes e o IDH.

Não conseguimos tudo, porém, avançamos com algumas emendas que foram aprovadas.

Entendemos que é importante o governador dar agilidade na aplicação desses recursos para fomentar a economia nos municípios.

Penso que Santa Catarina poderá viver um novo momento. O governo federal tem estendido as mãos para Santa Catarina como tem feito para poucos estados, estando, inclusive, prevista a ida da nossa presidente ao Japão em decorrência da questão da carne suína e dos contratos feitos, que vão ajudar muito a fomentar a economia local, a exemplo do programa Minha Casa Melhor, que a presidente Dilma Rousseff assinou no dia 12 de junho, ontem, para a pessoa que aderiu ao programa Minha Casa, Minha Vida, possa ter

um crédito no valor de R\$ 5.000,00, com 5% de juros ao ano, para pagar em 48 meses, o equivalente a quatro anos.

Isso é para a compra de móveis e utensílios domésticos, em que já está estabelecido o preço teto desses equipamentos.

O cidadão do Minha Casa, Minha Vida vai poder comprar uma TV digital, por exemplo, um computador novo, uma máquina de lavar, móveis novos na hora em que comprar a sua casa. Isso vai fomentar também a economia local, o setor moveleiro e o setor da linha branca, por exemplo.

Somente para se ter uma noção, na cidade de Rio do Oeste temos, hoje, deputado Volnei Morastoni, o segundo maior fabricante de fornos elétricos do Brasil, um companheiro que estivemos visitando na semana passada, e isso vai movimentar também imensamente aquela economia.

Por isso, esperamos que em breve o governador agilize, porque às vezes ele é meio lento, e temos que fazer este registro, os encaminhamentos dos recursos para esses municípios. E de lentidão este país está cheio, e este estado também!

Muito obrigado, deputado Romildo Titon!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Dirce Heiderscheidt e demais catarinenses que acompanham os nossos trabalhos, nós já falamos anteriormente nesta sessão, mas agora, no horário do partido, vamos continuar repercutindo alguns assuntos importantes.

Antes de abordá-los, gostaria de fazer o registro da presença do prefeito de Ipira, Emerson Ari Reichert, que, juntamente com o ex-prefeito Chico Aguiar, acompanha esta sessão. Sejam bem-vindos!

Ipira é um município que tem um belo governo que vem fazendo um grande trabalho para a comunidade na região do baixo vale do rio do Peixe, na divisa com Piratuba - e os dois são municípios gêmeos naquela região.

Já mencionei anteriormente na fala que fiz sobre o programa Minha Casa, Minha Vida e esses novos benefícios do fornecimento de uma linha de crédito para eletrodomésticos. E abordei também naquele momento o desejo de que, além desses programas, pudesse haver ações maiores em termos de Brasil, estados e municípios voltadas para dois setores fundamentais, que são a saúde e a educação.

Quero continuar repercutindo isso porque entendo que há um debate nacional agora muito importante sobre a questão da aplicação dos recursos dos *royalties* da extração do petróleo do pré-sal, e há um encaminhamento da nossa presidente Dilma Rousseff no sentido de que esses recursos sejam direcionados para a educação.

Entendemos isso como importante e fundamental porque somente teremos um Brasil definitivamente desenvolvido, com bases sólidas, se houver uma aplicação maciça de recursos na área da educação. E os orçamentos dos estados, das prefeituras e da própria união já se encontram comprometidos com as diversas áreas, e a dificuldade de se colocar dinheiro novo é difícil em função das demais demandas.

Mas a questão do pré-sal é um dinheiro novo, é um recurso que está aí

disponível, e que se deve se deixar como legado para o Brasil em algo mais sólido. Sendo assim, a aplicação desses recursos na educação seria importante e fundamental.

Portanto, queremos defender aqui publicamente essa ideia, apoiar essa proposta da presidente Dilma Rousseff e fazer, inclusive, um apelo aos governadores para que se engajem nessa campanha para que esses recursos do pré-sal sejam definitivamente aplicados na educação.

A segunda questão que gostaria de abordar, deputado Volnei Morastoni e deputado Jailson Lima, é um assunto que v. exa. tem abordado por diversas vezes nesta tribuna, e nós temos participado deste debate, que é a questão dos novos programas no ministério da Saúde, especialmente as novas Redes, a Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha e outras, que estão trazendo uma perspectiva para o atendimento do SUS de Santa Catarina e dos nossos hospitais também.

Temos percorrido também diversas regiões, a exemplo da rede da região do meio-oeste, onde temos ali Concórdia, Joaçaba, Caçador e Curitiba fazendo parte de uma das Redes, inclusive, disponibilizando serviços e recursos para os hospitais. E cito como exemplo o hospital São Francisco, de Concórdia, o hospital Santa Terezinha, de Joaçaba, o hospital de Caçador e o hospital de Curitiba, que poderão acessar, juntos, a R\$ 30 milhões, para uma estrutura melhor e ainda a possibilidade de um projeto de cada um dos hospitais - projeto individual. E poderão ter recursos inclusive para viabilizar um melhor atendimento na área do SUS, para um melhor atendimento na saúde pública, que é tão importante, tão reivindicada.

Eu sei que existe a discussão do reajuste da tabela do SUS, que também é importante, que também está sendo feito no âmbito do ministério pelos hospitais. Mas essa possibilidade de recursos novos, através dessas Redes de Urgência e Emergência, Rede Cegonha e de outras, poderá trazer uma perspectiva de atendimento melhor à saúde, como estão trazendo também as Unidades de Pronto Atendimento, as UPAs, pois isso possibilita um melhor atendimento principalmente nas emergências.

Alias, é sempre uma dificuldade nos municípios, na questão do atendimento de Urgência e de Emergência e onde há a possibilidade de ter a UPA, que é a Unidades de Pronto Atendimento. Isso vai dar, e já está dando, um ganho importante às comunidades. E outros municípios irão implantar, a exemplo do município de Concórdia, que está em fase de elaboração final do projeto para o início da execução das Unidades de Pronto Atendimento.

Então, são questões importantes relacionadas a esses dois temas vitais para o desenvolvimento das comunidades, que é a saúde e a educação.

Eu disse anteriormente que a aprovação aqui em Santa Catarina do fundo de apoio aos municípios é importante e fundamental, porque vai possibilitar recursos para a infraestrutura dos municípios. Mas só teremos qualidade de vida, desenvolvimento de forma permanente, se tivermos o aporte de recursos importantes para essas duas áreas fundamentais que são a saúde e a educação.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo horário pertence ao PSDB. Na ausência de deputados do PSDB, o próximo horário pertence ao PP.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, quero agradecer a benevolência do deputado Silvio Dreveck que me cede o seu horário para que eu possa fazer a minha manifestação. Alias, deputado Silvio Dreveck, justa.

Nós recebemos aqui, já desde o dia de ontem, várias manifestações da nossa região e de toda Santa Catarina, com referência à mobilização nacional que a Frente Parlamentar da Agropecuária, no Congresso Nacional, está promovendo, por preposição do nosso deputado Valdir Collato, do PMDB de Santa Catarina.

O que está acontecendo? Hoje a Funai está *sub judice* pelas falcatruas que já foram levantadas em termos nacionais. Já existe uma CPI tramitando, ou proposta, no Congresso Nacional, para apurar as fraudes, ou as falcatruas, repito, da Funai, em termos de Brasil.

Portanto, a Frente Parlamentar entendeu que deveria tomar uma atitude em defesa daqueles que produzem alimentos em Santa Catarina.

Os índios produzem balaio, arcos e flechas, lembrancinhas, colares e uma série de coisas que fazem parte da sua cultura, mas eles não produzem alimentos, não produzem aquilo que é o mais sagrado na vida do ser humano e dos animais, que é o grão. Também não produzem carne e leite.

Então, temos que entender que quem está promovendo toda essa confusão no Brasil, buscando novas demarcações de terras indígenas, não são os amarelos, não são os silvícolas de pele amarela. Tem muita figurinha loura, de cabelo crespo, que está se intitulado como índio. Índio tem pouca barba, ou nada, e tem cabelo liso, tem a pele amarelada. Não é loura e não é preta.

Eu quero cumprimentar o Colatto, mais uma vez, e toda a bancada catarinense por essa preocupação, deputado presidente Romildo Titon, porque não podemos admitir que em Santa Catarina haja mais uma demarcação de terras indígenas.

Nós temos meia dúzia de índios em Santa Catarina. E estão trazendo índios do Paraguai para dizer que são brasileiros. Estão trazendo índios do Rio Grande do Sul, judiando daquelas famílias que não querem se locomover, mas por força de pessoas interessadas, da Funai, que buscam esse sacrifício dessas famílias de índios.

Hoje, Santa Catarina tem terra de sobra para índios. Por que a Funai não segue o exemplo dos nossos índios de Ipuauçu, que estão muito bem instalados, estão produzindo ordenadamente, não estão invadindo terras de colonos, e vivem em harmonia com os nossos produtores, deputado Romildo Titon? Lá é uma região de produtores de grãos, e os índios vivem em harmonia com esses produtores. Eles têm terra suficiente, como em tantas outras áreas indígenas de Santa Catarina que também têm terra suficiente. E não são eles que estão grilando, que estão tentando novas demarcações. Isso é coisa de alguém lá de Brasília, que tem interesse, e até de outros países. Inclusive, dizem que os índios estão sendo judiados.

Por que o governo federal não se preocupa em dar saúde àqueles índios do Mato Grosso e do Amazonas que estão morrendo por falta de medicamento? Morrem crianças por falta de atendimento médico, por falta de alimentação, meus amigos. Falta alimentação para os índios da Amazônia e do Mato Grosso. Que país é este? Quem é o responsável por tudo isso?

Os governos têm que entender que o índio também tem que ter saúde, ele não vive

somente de chás. Hoje, existem outras moléstias que requerem um atendimento médico-hospitalar, uma alimentação mais completa para as crianças e mesmo para os adultos.

Eles não querem que a Funai busque mais terras para fazer sensacionalismo neste Brasil. Os índios querem tratamento igualitário, a comida que não podem produzir, assistência médica e educação.

Cansamos de ver na televisão, deputado Romildo Titon, o apelo que os índios mais esclarecidos fazem ao governo. Eles querem assistência social tanto quanto o branco recebe.

Por isso quero conclamar aqui os catarinenses para que no dia de amanhã, a partir das 9h, até as 14h, façamos uma mobilização, começando pelo município de Lebon Régis, onde a rodovia será fechada por alguns minutos e lá permanecerá uma equipe fazendo panfletagem. Da mesma forma será feito aqui na Palhoça, na 282, na 158, na 467, na 283, no mesmo horário e mesmo dia.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Na ausência de orador deste partido, o próximo horário é do PMDB.

Com a palavra a deputada Dirce Heiderscheidt, por até 14m.

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - Bom-dia sr. presidente, bom-dia aos telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, aos nossos queridos deputados, ao deputado Mauro de Nadal, hoje aqui presente, visitantes e funcionários desta Casa.

Hoje venho a este plenário para falar de um tema muito importante, que diz respeito à responsabilidade de todos nós, seja como cidadãos, como membros de uma família ou como legítimos representantes da sociedade, eleitos para o mandato parlamentar.

Dia 15 de junho comemora-se o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa. No Brasil, o número de idosos registrou um aumento populacional, na última década, passando de 9,1% do total, em 1999, para 11,3%, em 2009, conforme dados divulgados pelo IBGE.

Projeções estatísticas da Organização Mundial da Saúde apontam que o período de 1975 a 2025 será a Era do Envelhecimento. A população de idosos no país crescerá 16 vezes, colocando o Brasil no ranque da sexta

população idosa do mundo, ou seja, mais de 32 milhões de pessoas com mais de 60 anos.

A violência contra os idosos não ocorre somente no Brasil, faz parte da violência social em geral e constitui um fenômeno universal. Em muitas sociedades, diversas expressões dessa violência frequentemente são tratadas como uma forma de agir normal e naturalizada, ficando ocultas nos usos, nos costumes e nas relações entre as pessoas.

Tanto no Brasil como no mundo a violência contra os mais velhos se expressa entre os ricos e os pobres, entre os gêneros, as raças e os grupos de idade, nas várias esferas de poder político, institucional e familiar.

A maneira com que a sociedade trata os idosos é muito contraditória. Na maioria das vezes passa a visão negativa do envelhecimento, pois mantém e reproduz a ideia de que a pessoa vale o quanto produz e o quanto ganha, por isso, os mais velhos, fora do mercado de trabalho e quase sempre, ganhando uma pequena aposentadoria, podem ser descartados.

Quando vítimas de maus-tratos praticados pelos familiares, os idosos, e mais especialmente as idosas, em virtude de sua fragilidade física e emocional, temem denunciar os seus agressores por medo de sofrer represálias e também em virtude de, muitas vezes, alimentarem sentimento de afeto em relação aos seus agressores.

O número de registro de violência contra a pessoa idosa em 2012 corresponde a 30.451 casos. Desse total, 10.157, 33% das violências, estão relacionadas a abandono, cárcere privado, violência doméstica entre outros. As violações mais recorrentes foram: negligência, 38%; violência psicológica, 29%; abuso financeiro e econômico, 15,5%; e violência física, 15%. Em mais de 90% das denúncias, as violações ocorrem dentro de casa e foram praticadas em sua maioria, 82%, por familiares, principalmente filhos - 51%.

Diante desse quadro, a ausência de políticas sociais direcionadas aos idosos em situação de risco traduz-se na própria negação dos direitos fundamentais da pessoa humana, os quais a República Federativa do Brasil possui obrigação constitucional e moral de proteção, tanto mais quando se tem em vista os tratados internacionais dos quais é signatária.

Para evitar que as várias formas de violência contra as pessoas idosas sejam banalizadas na sociedade, torna-se essencial

desencadear um processo sólido de informações sobre os direitos desse segmento, bem como o desenvolvimento de ações simples e consistentes, comprometendo, dessa forma, efetivamente, as comunidades e o estado a prevenirem e enfrentarem todo e qualquer tipo de violência praticada contra as pessoas idosas com idade avançada.

Estamos buscando, senhoras e senhores deputados, toda forma de contribuir para que nossos idosos possam envelhecer com dignidade, seja através de material gráfico, audiências públicas, parcerias com entidades que lidam com o envelhecimento e outros mecanismos necessários para que o futuro dessas pessoas seja pensado com responsabilidade por todos nós.

Neste momento, gostaria de passar um vídeo para fortalecer ainda mais esse tema.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Precisamos fazer a nossa parte, srs. deputados. E nesse sentido estamos trabalhando no Fórum em Defesa da Pessoa Idosa essa questão do envelhecimento com dignidade, percorrendo todo o estado de Santa Catarina, indo ao encontro da sociedade civil, para discutir temas como esse, muito importantes para a nossa sociedade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica e encaminha aos destinatários a seguinte Indicação n. 0354/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, conforme determina o Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere os seguintes Requerimentos n.s 0637/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, 0638/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos às Explicações Pessoais. Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os senhores deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 047ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sópelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon -

Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero registrar a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Jaguaruna, nosso colega Alcício Bitencourt, acompanhado da corporação do Corpo de Bombeiros do mesmo município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, todos que nos acompanham pela TVAL; quero também saudar os bombeiros voluntários já citados pelo deputado Ismael dos Santos e parabenizá-los pelo brilhante trabalho que fazem no estado de Santa Catarina.

Preparei para hoje vários assuntos que gostaria de abordar, mas não podemos silenciar ante essa mobilização que está ocorrendo em nível nacional. Não é uma mobilização ao acaso, é a manifestação do sentimento da população brasileira em razão de vários fatos, desde a impunidade à corrupção, a falta de sintonia entre os poderes Executivos e, principalmente, o valor que o Brasil gastará com a Copa do Mundo. A previsão é chegar acima dos R\$ 30 bilhões.

Deputado Antônio Aguiar, v.exa. conhece a situação da saúde em nível nacional, o que o SUS paga aos hospitais e médicos e aí presenciamos essa revolta. Um amigo me dizia que a filha dele queria ir à manifestação. Ele indagou o porquê e ela respondeu que está tudo errado.

Então, o sentimento que vemos nos jovens, na classe média, em todas as pessoas, é que está tudo errado.

Queremos saúde, queremos infra-estrutura, queremos segurança. E quando vemos investimentos em obras que não condizem com aquilo que a população está esperando, realmente há um desconforto. A população viu o caso do Mensalão. Todos foram condenados. Quem é que está na cadeia, quem é que está pagando, quem é que está respondendo por alguma coisa? Os condenados no Mensalão vão ainda ocupar postos na comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal e no Congresso. Então, isso é uma afronta ao cidadão.

Aí aparece o presidente do Supremo Tribunal Federal falando algumas verdades. Já tínhamos pesquisas que ele era forte candidato, deputado Ismael dos Santos, à Presidência da República. Por quê? Porque a população está querendo se agarrar em alguém que realmente sinta o que estão pensando, os anseios que esta população tem, e o que a população quer.

Felizmente, em Santa Catarina estamos vendo a responsabilidade do governador Raimundo Colombo. A busca de recursos, os investimentos na segurança, os investimentos dando condições aos municípios de executarem obras, porque as obras estão perto dos cidadãos. O município é onde a pessoa reside, onde a pessoa mora, onde a pessoa tem as suas dificuldades. Então, o governador está agindo correto.

Mas de repente vemos esses altos gastos. E essa Copa do Mundo não é coisa só da Dilma Rousseff, ela já pegou pronto, porque o Lula é quem queria a Copa do Mundo. Até causa-me estranheza alguém tão afinado com as classes sociais mais desfavorecidas querer mostrar para o mundo que o Brasil é capaz de fazer uma Copa do Mundo, uma Olimpíada. Claro que é capaz. Mas será que não é capaz de fazer hospitais, não é capaz de reformar e dar escolas com dignidade a todos os brasileiros, de levar água onde precisa, de levar infraestrutura a todos os brasileiros?

Nós temos que provar para o vizinho que estamos bem. Na verdade, dentro de casa a situação é ruim. Até assistí uma manifestação do Luiz Carlos Prates falando sobre isso. Falando de a pessoa deixar os filhos passando necessidades para comprar um vestido novo para ir a uma festa, para os outros ficarem pensando que ela está bem, que está feliz.

Então, o Brasil não precisa mostrar para o mundo que tem condições de fazer uma Copa, ele tem que mostrar aos seus cidadãos, e nós sabemos que tem condições de fazer. Eu estava vendo os gastos de 2008, ano seguinte ao anúncio de que o Brasil sediaria a Copa de 2014. O então ministro do Esporte, Orlando Silva Júnior, declarou que não seria gasto nenhum centavo de dinheiro público com estádios no mundial. Reconstruíram o estádio Mané Garrincha, em Brasília, com capacidade para 70 mil pessoas, que vai custar R\$ 1,5 bilhão e que não tem nenhum time na primeira divisão e na segunda divisão do Campeonato Brasileiro, e a média de público no Campeonato de Brasília é de três a quatro mil torcedores. Tem cabimento alguém em sã consciência fazer isso, gastar isso para sediar, talvez, três jogos da Copa do Mundo?

Então, é um absurdo, é uma falta de sintonia! Será que não poderíamos nos orgulhar de construir um, dois ou três hospitais de R\$ 500 milhões? Mas estamos mostrando ao mundo que construímos um estádio de R\$ 1,5 bilhão, que não vai ser utilizado. E o ministro do Esporte da época dizia que não seria gasto um centavo do dinheiro público.

O levantamento dos custos previstos para todos os estádios já ultrapassou 50%. Onde menos se gastou foi nos estádios particulares, feitos com a participação dos clubes. Não sei por que parece que onde a iniciativa privada gerencia fica mais barato e onde é dinheiro público não tem patrão, e os valores só sobem!

Então, não podemos silenciar diante do que a população está dizendo! Não é contra esse ou aquele, é um descontentamento generalizado pela impunidade, pela corrupção. É, por exemplo, um pai que teve seu filho assaltado, assassinado, morto por um menor que não cumpre pena. Ele também está revoltado e foi lá ontem participar da passeata! Então, o descontentamento é geral.

Todos esses valores que estamos vendo na planilha eram de fevereiro de 2013, e podemos ver como os custos aumentaram. Onde estamos vendo 33 ou 66% a mais, no relatório que pegamos hoje os valores já são diferentes, está tudo mais caro! Por exemplo, cito o estádio da Fonte Nova, na Bahia, em Salvador, que de R\$ 591 milhões já está em R\$ 1,485 bilhão.

O Brasil está cometendo um crime contra a sua população, não ouvindo seu clamor e fazendo obras que na verdade o povo não quer. O povo quer respeito, dignidade, justiça, saúde, educação, segurança e não um estádio de R\$ 1,5 bilhão, em Brasília, que não vai ter utilidade para nenhum cidadão, para quem está com seu filho na porta de um hospital esperando, às vezes, um ano para fazer uma cirurgia.

Então, sr. presidente, estamos na contramão da história! Ou os políticos ouvem o que o cidadão está querendo, pensando ou o cidadão tem que mudar a política! Houve alguns excessos durante as manifestações, e sempre surge algum problema no meio de quem está se manifestando, mas, na verdade, essas manifestações representam o sentimento do povo brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha através da TVAL, da Rádio Alesc Digital, especialmente o público do planalto norte.

(Passa a ler.)

“Este deputado tem feito a defesa recorrente da revitalização da Ferrovia do Contestado como forma de estimular a economia do planalto norte e do meio-oeste de nosso estado. Desde que se iniciou a saudável discussão sobre a valorização do modal ferroviário em nosso país, e em especial aqui em Santa Catarina, acompanho com grande interesse esse assunto. Tenho motivos pessoais, por ser filho de um ferroviário.

Também guardo o interesse regional, por saber da importância que a ferrovia já teve para a nossa região. E em especial por não me conformar com o abandono a que foi submetido o ramal que cruzava nossas principais cidades.

Sei que a antiga Ferrovia do Contestado tem um traçado muito sinuoso, que acabou determinando a menor movimentação de trens naquele ramal. Foi por isso que surgiu outra ligação entre as regiões leste e sul do país, que ainda hoje é utilizada, que é o ramal que segue de Mafra para Lages, e daquele município para Vacaria, já no Rio Grande do Sul.

Mas quando começou o bom debate sobre ferrovias e a construção de uma nova ligação leste-oeste, a chamada Ferrovia do Frango, este deputado trouxe à tribuna desta Casa a proposta de revitalização do ramal do Contestado. Dentro de uma proposta ampla de construção de uma nova ferrovia, minha ideia é que, a partir de Joaçaba, em direção ao litoral, o percurso do novo ramal aproveitasse, ainda que parcialmente, o antigo percurso da Ferrovia do Contestado.

Esse ramal poderia interligar com a ferrovia que o governo federal pretende construir desde o centro oeste do país em direção ao sul, do município de Maracaju, em Mato Grosso do Sul, até o porto de Rio Grande. E aí as ferrovias também poderão trazer grãos para a nossa agroindústria, além de facilitar a exportação dos produtos do nosso oeste catarinense, que é a região dos nossos grandes frigoríficos.

Faço essa introdução para justificar o por quê da posição deste deputado, que hoje apresenta uma moção que sugere à presidente Dilma e ao ministério dos Transportes uma decisão radical, mas justificada, no sentido de cancelar a privatização da rede ferroviária hoje administrada pela empresa América Latina Logística, a ALL.

A ALL administra 13.000km de trilhos nas regiões sul, sudeste e centro oeste. O primeiro lote de concessões foi definido em 1997, quando o grupo GP Investimentos ganhou o direito de explorar cerca de 7.000km de ferrovias nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Adiante, o grupo adquiriu a Delara, cujo dono se tornou um dos sócios da ALL e fez uma oferta pública de ações na Bolsa de Valores para capitalizar seu projeto, e depois comprou a Brasil Ferrovias, empresa que também havia participado das primeiras privatizações e vinha operando com dificuldades financeiras.

É sabido que o governo federal tem dificuldades para enquadrar a ALL, pois a empresa conta, entre seus sócios, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, além da Previ, que é o fundo de pensões de funcionários do Banco do Brasil, e a Funcef, dos funcionários da Caixa Econômica Federal.

São grandes negócios que determinaram essas participações de capital na empresa.

A ALL afirma que investe R\$ 700 milhões ao ano nas ferrovias de Santa Catarina, mas não é o que a nossa população percebe. E

no compromisso que assumiu com o governo federal, deveria recuperar ramais desativados, mas não cumpre, ao contrário, na Ferrovia do Contestado, o que aconteceu foi um movimento predatório. A empresa realocou os trilhos e dormentes para outros trechos ferroviários, abandonou o patrimônio da antiga Rede Ferroviária Federal, vilipendiou o patrimônio público.

Tanto isso é verdade que a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a ANTT já aplicou multas que totalizam R\$ 71 milhões por descumprimento de contrato por parte da ALL. Que por sua vez, só pagou R\$ 1 milhão e judicializou o restante.

Fato novo que trouxe ontem o conceituado jornal *O Estado de São Paulo* é que a ALL também vem descumprindo compromissos com clientes com quem formou parcerias de investimentos e transportes, pois prefere pagar multas e desviar frota de vagões e locomotivas para outras regiões onde pode ganhar mais, deixando na saudade quem fez adiantamentos para investir na recuperação de composições e em terminais de transbordo.

Então, senhoras, senhores e colegas parlamentares, fica cada vez mais evidente que essa empresa não cumpre com os compromissos que assumiu por contrato, e que a exemplo do que aconteceu há poucos dias na Argentina, aqui no Brasil também é preciso que o governo tome posições firmes e cobre da ALL o que não faz.

Se não quiserem cancelar a totalidade das concessões, porque tem muito dinheiro público envolvido na ALL - e dinheiro de gente que trabalhou muito para ter sossego na aposentadoria - do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, então ao menos esperamos que se cancele o direito de privatização de trechos que estão abandonados, que não são poucos nessa malha de mais de 13.000km de trilhos.

Aí será mais fácil para se integrar o traçado da Ferrovia do Contestado num projeto moderno de ligação do leste ao oeste de Santa Catarina, integrando as agroindústrias aos portos e valorizando o planalto norte, região que precisa de incentivo para a sua economia crescer.

É por isso que este deputado está convidando, de público, a direção da ALL para que se faça presente no próximo dia 5, em Canoinhas, onde a Comissão de Transportes desta Assembleia Legislativa vai discutir a questão das ferrovias em audiência pública, com foco, principalmente, numa nova ligação do leste ao oeste do estado, mas também com as atenções direcionadas para a necessária revitalização da Ferrovia do Contestado.

Por isso também que este deputado vai solicitar da ANTT informações sobre o cronograma exigido da ALL para a recuperação de ferrovias desativadas que fizeram parte da rede submetida à concessão. E, especificamente, ter informações sobre a previsão que a ANTT tem para a recuperação da antiga ferrovia São Paulo - Rio Grande, em especial o trecho catarinense de Mafra até Piratuba, divisa com Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul.

Também pretendo obter esclarecimentos sobre qual é o percentual de ferrovias ativas e desativadas, do total que foi concessionado à ALL. E qual é o quadro de ferrovias na região sul que a ANTT reconhece como em situação precária, ou de abandono, que fazem parte do lote sob concessão da ALL.

Essas são perguntas que não querem calar e informações que a sociedade tem direito de saber. Até porque estamos vivendo um novo momento em que a população cobra com rigor o bom gerenciamento do dinheiro público, e que os investimentos sejam feitos

para de fato atender as necessidades da população. E hoje todos têm clara a necessidade de recomposição do modal ferroviário, que foi abandonado por muitas décadas em nosso país.

"Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alecs Digital nesta tarde de terça-feira, quero aqui concordar plenamente com o deputado Antônio Aguiar neste debate que ele tem feito nesta tribuna acerca da necessidade de o governo federal retomar a rede ferroviária federal que foi privatizada na década de 90 dizendo que iria melhorar. Esse foi o discurso de todo mundo que privatizou. Inclusive, para seguir a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, que reestatizou o sistema ferroviário, inclusive da mesma ALL - América Latina Logística. Alias, não só essa, mas outras, mais importantes, mais importantes ainda do que essa ex-empresa pública que precisa ser reavaliada na perspectiva da reestatização.

Então, quero parabenizar o deputado Antônio Aguiar e que a presidente Dilma Rousseff possa seguir, pelo menos, os passos e a forma da presidente da Argentina, que fez isso recentemente.

Mas, evidentemente, não poderia deixar de falar na tarde de hoje acerca dos acontecimentos das últimas horas, que são as manifestações populares. Cem mil pessoas na cidade do Rio de Janeiro. É um episódio que não acontece todo ano e nem todas as décadas. Cem mil pessoas, na cidade do Rio de Janeiro foram, em 1968, contra a ditadura. Depois, em 1984, na campanha pelas Diretas Já, depois em 1992 a favor do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor e ontem, 17 de junho de 2013, por conta de algum motivo que parece não ser compreendido, ou não foi compreendido antes pelas autoridades de plantão. E aí quero ser claro e começar de forma clara, não tem ninguém que tenha governado o Brasil nas últimas décadas, pelo menos desde 1964, ou precisamente, de 1º de abril de 1964 para cá, que esteja isento de responsabilidade nesses episódios.

É claro que a questão Copa do Mundo salta aos olhos, porque temos acompanhado que existe no ar nestes momentos, nos últimos anos inclusive, não só agora, o ufanismo parecido com aquele da década de 1970. Parecido! É evidente que quem tem mais a perder, parece, é o Partido dos Trabalhadores, que governa hoje. Mas não me parece que os grandes partidos que governaram o país até recentemente e querem voltar, não teriam feito também a mesma festa e, me perdoe a expressão, a mesma orgia com a possibilidade de sediar uma Copa do Mundo no Brasil, que a última vez foi em 1950, faz tempo!

Tanto que está em sintonia o discurso das autoridades pelo Brasil a fora. Quem acompanhou os meios de comunicação, os veículos de comunicação nacional, na última sexta-feira, no último final de semana, pode ver os discursos do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, dá a impressão de que eles entraram numa salinha, combinaram o discurso e saíram para dizer exatamente a mesma coisa. Mais um episódio da conformação do partido único nacional.

Isso é evidente, porque estão todos defendendo os mesmos interesses de que a realização dos grandes eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, é boa para todo mundo, porque dá dinheiro. Na verdade dá dinheiro aos grandes monopólios não só dá área dos esportes, mas das empreiteiras também.

Quero deixar claro aqui, deputado Padre Pedro Baldissera, que não compactuo, não faço parte de um discurso que tenta direcionar dizendo que a culpa é da presidente Dilma Rousseff, do PT. Ano que vem tem eleição, querer tornar isso um palanque eleitoral...

Embora haja reflexos, quem está no poder tem mais prejuízo.

Agora, é preciso servir de lição. De minha parte quero aqui dizer que, apesar de alguns fatos lamentáveis, é bom para a sociedade brasileira que esteja acontecendo isso, e merecem aplauso aqueles milhares e milhares de jovens e alguns adultos que têm construído e participado desse movimento.

Quanto à Copa do Mundo, e nós vamos ver, a barricada é feita não sei a quantos metros do estádio, e dali para dentro só entra quem a Fifa autoriza. A Fifa desnacionalizou parte do território nacional. E vai ser ali, daqui até o final do mês, que vão acontecer os maiores protestos.

Todos nós concordamos, todos nós não, o Brasil inteiro, os poderes constituídos, o Congresso, em mudar a legislação nacional porque a Fifa exige, restringindo, inclusive, direitos elementares da população por causa da Copa do Mundo. Tem-se que pagar o preço por essa decisão. São bilhões, que dariam para dar gratuidade no transporte para o conjunto da população brasileira por um bom tempo.

Por coincidência ou não, na última quarta-feira e na última quinta-feira, eu falei aqui do transporte, acerca, inclusive, da greve que houve na capital, e que todo mundo esbravejou contra os trabalhadores e contra o sindicato dos trabalhadores. Todo mundo não, os formadores de opinião. Tenho falado reiteradas vezes aqui que é necessário colocar na pauta a necessidade de tornar público e gratuito o transporte coletivo. E quando falei pude sentir aqui dentro, inclusive, alguns risos discretos, evidentemente, como se isso fosse uma loucura.

Por que será que não se pode pensar o transporte coletivo assim como se pensa a saúde, que, aliás, deveria funcionar muito melhor se tivesse prioridade? Neste aspecto concordo com o deputado Maurício Eskudlark. Como na educação, em que se matricula o filho na escola mais próxima e ninguém pergunta quanto o pai ganha por mês, para poder fazer isso. Por que o transporte coletivo não é pensado nesta lógica? Seria interessante para o conjunto da sociedade.

Hoje é dominado por um grupo pequeno, minúsculo, de empresários, em prejuízo do conjunto da sociedade, inclusive dos outros empresários, que têm que ajudar a pagar a conta do transporte dos seus trabalhadores. O trabalhador paga uma parte e o patrão outra. Esse dinheiro ficaria girando nas cidades. O Brasil tem um dos transportes coletivos mais caros do mundo.

Peço à assessoria que apresente uma foto que indica isso. Foi medido em minutos em matéria da *Folha de S.Paulo*.

No Brasil o trabalhador precisa trabalhar 13 minutos para pagar a passagem de ônibus. Na Argentina - gostamos tanto de achincalhar os argentinos, especialmente nas questões de futebol - o transporte é o mais barato dessas cidades citadas. Em Buenos Aires o trabalhador destina 1min44 do seu

salário para pagar o seu transporte. Em São Paulo, 13min, dez vezes mais. No Rio de Janeiro, 12min. Das cidades brasileiras, as mais caras são estas cidades citadas.

Peço para apresentar a segunda foto, meu tempo está acabando, para mostrar que o transporte gratuito não derruba governos, não derruba sistema social. Algumas cidades brasileiras têm transporte gratuito, como Agudos, em São Paulo, e outras cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

Em Sydney, na Austrália, uma cidade com quatro milhões de habitantes, o transporte de ônibus é gratuito. E é um país, evidentemente, capitalista.

E não se faz isso por cultura, por ideologia, na verdade está impregnado na consciência das autoridades, dos empresários, e também do conjunto da sociedade que o transporte é um meio de alguns ganharem dinheiro. E evidentemente que em algum lugar, em algum momento estoura, e está estourando agora, o que é bom para o conjunto da sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, faço também minha manifestação, deputado Sargento Amauri Soares, em relação a essa temática que diz respeito a todos nós brasileiros, independentemente de cor partidária. Subtraindo-se as pequenas ondas de vandalismo, entendemos que a voz do povo precisa ser respeitada e ouvida atentamente, especialmente por nós da classe política.

Penso que Santo Agostinho nunca foi tão atual como hoje, Padre Pedro Baldissera, ele que viveu há 1.500 anos. Há uma frase sua que diz: "A esperança tem duas filhas belas, lindas, uma chama-se Indignação, a outra Coragem. A primeira filha, a Indignação, nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a segunda filha, a Coragem, nos ajuda a mudá-las." Valeu Santo Agostinho, extremamente atual.

Mais do que uma manifestação, o que estamos percebendo nos dias de hoje é de fato um desabafo da população brasileira com toda sua legitimidade, e nós precisamos estar extremamente atentos e sintonizados.

Sr. presidente, srs. deputados, lia hoje pela manhã em um dos jornais de circulação em Santa Catarina a manchete:

(Passa a ler.)

"Absurdo na estrada. Flagrante na BR-101. Polícia Rodoviária acorda motorista bêbado que dormiu ao volante.

"Uma sub-manchete: "Bafômetro tira 4 mil condutores bêbados das estradas federais.

"É exatamente nessa linha de raciocínio que demos entrada nesta Casa ao Projeto de Lei n. 0205/2013:

(Passa a ler.)

"Dispõe sobre a publicidade dos nomes dos condutores de veículos automotores flagrados dirigindo sob efeito de álcool ou qualquer outra substância psicoativa, no estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

"Diante da constatação dos números, trouxemos recentemente o relatório da então Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas desta Casa, 12 mil motoristas foram flagrados no ano passado, em Santa Catarina, dos quais três mil estão em processo de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação.

(Continua a ler.)

"Nós entendemos que a essa recorrência perigosa de associar álcool e direção é necessário implementar algumas políticas públicas. E esse modesto projeto pode dar essa contribuição na diminuição da quantidade de infratores.

Nesse sentido o nosso projeto, que busca tornar pública a identidade dos motoristas que incorrem nessa prática criminosa, é mais do que pertinente, é uma questão de respeito aos catarinenses que são diariamente expostos ao risco de se somar às estatísticas negativas do trânsito brasileiro.

"Propomos então, criar a lista do motorista ficha suja, assim como temos, e a sociedade brasileira incorporou na sua cultura a repulsa aos fichas sujas, sejam eles da área política, funcionários públicos ou os cidadãos que andam na contramão da lei.

O que estamos trazendo para o debate neste Parlamento, é a extensão desse conceito para os motoristas flagrados embriagados. A sociedade tem todo o direito de saber quem são os motoristas que incorrem nessa prática criminosa. E mais do que isso: tem o direito de acompanhar as ações jurídicas em relação aos processos de motoristas que foram pegos dirigindo sob o efeito de álcool.

Entendemos que hoje é praticamente impossível para qualquer cidadão conhecer as consequências aplicadas para o motorista que foi pego praticando essa conduta letal. Depois de ser flagrado pela autoridade policial, normalmente após causar um acidente, o motorista recupera a sua CNH sete dias após, e continua dirigindo até a conclusão do processo.

Essa é a realidade brasileira.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me conceda um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Ouço o deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado, quero parabenizar v.exa. pela sua fala.

Estava conversando com o deputado Padre Pedro Baldissera, e me surgiu uma ideia: nos Estados Unidos os pedófilos, depois de pagarem as suas penas, têm uma identificação na sua casa dizendo que ali mora um pedófilo para que a vizinhança saiba e tome cuidado com aquela pessoa.

Assim, seria interessante não só fazer a ficha ou a lista dos nomes sujos que foram pegos dirigindo embriagados, mas ser colocada uma sinalização atrás do veículo informando que aquele cidadão já foi pego dirigindo embriagado para que possamos ter um pouco mais de cuidado.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - A nossa proposta é de tornar pública, através do Detran, naturalmente *online*, todos podem acessar, a lista, e esse motorista vai ter que se preocupar, deputado Kennedy Nunes, porque quando for contratado para ser motorista em uma empresa, essa lista certamente vai ser observada, talvez até em relação à questão dos seguros de automóvel que poderá encarecer um pouquinho mais. Enfim, a nossa proposta vai ter a relação dos condutores infratores com o nome completo, seu respectivo número de registro da carteira de habilitação, o número do auto de infração, a data e o local do flagrante.

De fato, queremos com isso contribuir para uma Santa Catarina sem drogas, e a bebida alcoólica tem feito muito estrago. Lembrando que, no ano passado, 2012, mais de 40 mil mortos no trânsito; 800 mil feridos, e uma parcela considerável causada por esta trágica e perversa combinação: álcool e volante.

Portanto, demos hoje entrada oficial a este projeto de lei que dispõe sobre a

publicidade dos nomes dos condutores de veículos automotores flagrados dirigindo sob efeito de álcool ou qualquer outra substância psicoativa no estado de Santa Catarina.

Lembrando que temos hoje em Santa Catarina mais de quatro milhões de veículos.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Fim das Breves Comunicações.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimada deputada Angela Albino, catarinenses que acompanham esta sessão, nós tivemos ontem aqui na capital um encontro da nossa bancada com prefeitos e vice-prefeitos, que estiveram conosco, prefeitos que compõem a bancada do nosso partido, quando discutimos assuntos importantes relacionados aos convênios, tanto do governo federal com os municípios quanto do governo do estado. Um dos focos dessa discussão foi exatamente o fundo de desenvolvimento dos municípios, sobre o qual os prefeitos vieram buscar mais esclarecimentos do funcionamento, dos critérios de repasses.

Em função das dúvidas que surgiram desse encontro, o encaminhamento é que devemos conversar com a Casa Civil para esclarecer um pouco mais esses critérios e essas informações. Solicitamos audiência ao secretário, que nos recebeu juntamente com alguns prefeitos, inclusive com o presidente da Fecan - Federação Catarinense dos Municípios - onde fomos esclarecer um pouco mais os mecanismos, os critérios desses recursos.

Julgamos importante fazer isso, porque quanto mais transparentes forem esses recursos, quanto mais públicos ficarem esses critérios de repasses, melhor o controle que a sociedade tem e melhor, com certeza, a exigência. Entendemos que os municípios precisam ser igualmente beneficiados, independentemente das cores partidárias, terem suas questões atendidas, seus projetos. Buscamos esses esclarecimentos e acredito até que já dispomos de um conjunto de informações importantes para repassar aos nossos companheiros que estão nas administrações municipais, e é muito importante, que façam o melhor nos seus governos.

Queria também aproveitar esse horário do partido para fazer um comentário importante a respeito dessas manifestações que estão acontecendo em nível de Brasil. Acho que a sociedade brasileira deve aceitar e ouvir essas vozes. Aliás, a própria presidente da República disse hoje que essas vozes precisam ser ouvidas. É importante que as reivindicações sociais, os movimentos, a população quando se manifesta possa ser ouvida, principalmente quando se manifesta de forma pacífica, tranquila e com determinados objetivos.

Um dos centros desse debate é a questão da mobilidade urbana, dos transportes, das dificuldades dos grandes centros. Mas é importante que se possa ouvir bem esse movimento, ouvir o que as pessoas estão ali reivindicando, suas angústias. Muitos dos deputados participaram e têm participado ao longo de sua vida de movimentações, de ações. Isso é importante até para chamar a atenção das diversas esferas de governo sobre os assuntos que mais afligem hoje a comunidade nos municípios, nos estados e no país.

Espero que os órgãos de segurança façam o seu papel, principalmente na garantia da liberdade da livre expressão, da manifes-

tação, que é importante na sociedade democrática.

Então, é importante que ouçamos essas vozes que estão ecoando por este Brasil afora.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PDT. Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, demais pessoas que nos acompanham.

Quero complementar algumas informações que não tive tempo de abordar no horário anterior a respeito dessa onda de manifestações em todo o Brasil.

Vou falar sobre o preço dos ingressos para os jogos da Copa, que são proibitivos para a imensa maioria do povo. Dez por cento dos ingressos pelo valor de R\$ 85,00; 12% são para os chamados vips, os importantes, por R\$ 8.500,00; 15% são gratuitos para os convidados da Fifa e 67%, ou seja, a maioria vai de R\$ 1.100,00 a R\$ 2.800,00. Evidentemente que para o povo sobra aquilo que mostra aquela propaganda: "Vem para a rua que a rua é a maior arquibancada do Brasil." Existe uma propaganda assim, não me lembro de quem, se é de cervejaria ou de alguma instituição pública, por ironia. E o povo foi para a rua, para a maior arquibancada neste momento.

Eu disse também que todos os governos depois de abril de 64 têm responsabilidade. Mas acho que precisa ser reavaliado, porque quando o Juscelino Kubitschek, que todo mundo quer imitar, todo governante quer ser outro JK, trouxe a indústria automobilística para o Brasil, começou essa saga de o transporte individual, a indústria automobilística se sobrepor aos interesses nacionais, inclusive, aos interesses do transporte coletivo, principalmente.

A política de incentivo aos monopólios do transporte, ao monopólio do carro, desde a década de 50, quando a indústria automobilística internacional chegou aqui, somente se amplia e tem que se ampliar.

Agora, recentemente, a Dilma Rousseff deu às empresas do transporte coletivo os mesmos direitos que no plano chamado Plano Brasil Maior, que eu acho que é menor, e já havia dado à indústria automobilística no ano passado, para se ter uma ideia do que tem sido prioridade neste país.

É evidente que essas manifestações são legítimas, são importantes, são o desaguadouro de um conjunto maior de insatisfações populares, inclusive, das mais diversas matizes, com os mais diversos objetivos, e a grande maioria de forma espontânea, sem um objetivo racionalmente construído. O que indica também outra reflexão necessária, que é falência das instituições, inclusive, a falência dos partidos políticos, porque essas multidões de pessoas não querem a presença dos partidos, nem daqueles que são de origem popular, considerados de esquerda, que estão mobilizando e chamando essas pautas.

Isso também aconteceu aqui em Florianópolis no Movimento Passe Livre há oito anos.

Partido não!

Então, existe esse aspecto, o que torna difícil a negociação uma vez que o movimento é difuso.

É um sentimento de indignação generalizado que aremete para qualquer alvo

que represente o conjunto dos Poderes instituídos. Isso é um fato que precisa de reflexão. O fato da falência das instituições, inclusive, os partidos políticos, os políticos, enfim, todos nós, sem exceção, pelo fato de estarmos exercendo cargos de natureza política eleitoral, também estamos sob essa pressão, repito, legítima da sociedade que quer respostas sobre o que efetivamente é prioridade.

Como policial militar, e aqui represento milhares de policiais militares, vivemos situações de angústia maiores, também porque somos filhos do mesmo povo e vivemos os mesmos dilemas sociais, e mais, porque somos nós a categoria que recebe a ordem peremptória de ir para as ruas conter as manifestações.

Evidentemente, neste momento, em algumas circunstâncias não tem como se livrar de situações bastante difíceis e constrangedoras.

Tenho em mãos e lamento não ter tempo de ler na íntegra a mensagem de um policial militar do estado de São Paulo que atuou no dia de ontem na repressão aos movimentos de lá. Gostaria muito de ter tempo, talvez amanhã consiga ler na íntegra para ver o que pensamos, qual é o dilema e a situação dos companheiros que são chamados para esses momentos lamentáveis.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, sr. presidente. Srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e ouvintes da Rádio AleSc Digital, catarinenses que estão aqui.

Havia preparado uma fala sobre esse tema com relação ao que podemos fazer. Não quero ficar falando em tentamos descobrir os motivos, mas no que podemos fazer. E uma das questões, que inclusive eu e o deputado Ismael dos Santos conversamos, hoje, pela manhã, com o governador que estava na nossa região, é a isenção do ICMS do óleo diesel para o transporte coletivo.

O governador ficou de estudar assim como fez o Beto Richa, do Paraná, que regulamentou a lei essa semana, dando isenção do ICMS no transporte público para cidades acima de 140 mil habitantes naquele estado. E esse é um assunto que, com certeza, virá para esta Casa, já que o governo federal fez a isenção do PIS e Cofins. E um exemplo é em Joinville, onde o prefeito reduziu em dez centavos a passagem.

Acho que o governo estadual tem que fazer isso e os municipais também, ou seja, passar a subsidiar o preço da tarifa do transporte.

O que v.exa. faria, deputado Sargento Amauri Soares, se chagasse às suas mãos um documento mostrando uma realidade não tão fácil da casa onde nasceste? E a minha fala foi mudada exatamente por conta de um documento que recebi aqui como primeiro secretário, e que gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Casa. É uma carta do corpo clínico da Maternidade Darci Vargas, onde nasci, pública, de Joinville, assinada pelo dr. Jorge Silva do Amaral, diretor clínico, dia 10 de junho de 2013. Ele diz assim:

(Passa a ler.)

"Conforme documento acima já entregue ao secretário estadual de Saúde, dr. Dalmo Claro de Oliveira, no dia 05/04/13, e ao

secretário municipal de Saúde (corresponsável pela Gestão Plena), dr. Armando Dias Pereira, no dia 08/04/13, inclusive tendo sido feita uma reunião pessoal com ambos. Documento e reunião onde foram expostas nossas deficiências, angústias e temores, sendo solicitadas providências urgentes.

Neste documento e nesta reunião, colocamos a ambos que a situação estava insuportável, e caso não vissemos uma luz no fundo do túnel, iríamos encaminhar o mesmo aos órgãos representantes da sociedade que pudessem nos ajudar, ou que em caso de algum insucesso iriam nos cobrar, então deveriam ficar sabendo da real situação desta maternidade.

"E aqui eles fazem um relato, que não terei tempo suficiente para ler, de todas as áreas, do serviço ambulatorial de alto risco, do serviço de emergência, do serviço de procedimentos, que é o centro obstétrico e o serviço de anestesia, assim como o de UTI Neonatal e o de enfermaria.

Mas, deputado Moacir Sopelsa, gostaria de deixar aqui registrado, para chamar a atenção da secretaria de estado da Saúde, o que diz a carta seguinte. (Continua lendo.)

"Portanto, senhores, acima estão resumidas as deficiências da Maternidade Darcy Vargas, o risco que estamos correndo, principalmente colocando em risco as pacientes e os recém-nascidos que procuram esta maternidade.

Vamos dar algumas sugestões para resolver os problemas de imediato.

"Este item me chamou extremamente a atenção, deputado Aldo Schneider, líder do governo.

"1 - Fechamento temporário do setor de alto risco. A Maternidade Darcy Vargas já foi referência internacional, ganhando prêmio internacional exatamente por este setor de alto risco de UTIs Neonatal.

2 - Fechamento temporário dos serviços de emergência. Somente serão atendidas pelo médico do pré-parto as pacientes em trabalho de parto, ou gestantes com patologias obstétricas ou sangramento. As outras seriam atendidas pelos Pronto-Atendimentos ou Postos da Rede Básica. Exemplo: dor de dentes, diarreia, infecção urinária ou qualquer outra Patologia Clínica.

3 - Suspender temporariamente a referência regional ou dividir com o hospital infantil esta referência.

4 - Nomear comissão para rever política de triagem ambulatorial e emergência obstétrica.

5 - Melhora do Pré-Natal na rede básica, principalmente das cidades das redondezas, como os municípios de Barra Velha, Itapoá, São Francisco do Sul, Araquari, Garuva e Barra do Sul.

De imediato, 1- Contratação de 18 Enfermeiros, 90 Técnicos de Enfermagem, quatro Anestestistas, 15 Obstetras, dez Neonatologistas, dois Clínicos, e o leito de UTI adulto.

2 - Abertura da unidade semi-extensiva. Já temos o local e só falta equipar com a contratação ou sobreaviso de médicos intensivistas para dar suporte 24 horas, por entender que a deficiência crônica dos leitos da UTI tornam impossível a reserva de um leito vago a nossa disposição.

3 - Concerto das camas. Os médicos, a direção clínica de uma Maternidade tem que se reunir, deputado Jorge Teixeira, para colocar num documento o concerto das camas, dos aparelhos de ar-condicionado, das pias, reabertura dos leitos das enfermarias.

4 - Aumento do número de leitos na recuperação pós-anestésica de dois para quatro leitos.

5 - A abertura gradativa do serviço de alto-risco e do serviço de emergência, atrelado ao item dois.

6 - A abertura com readequação dos serviços de emergência às novas diretrizes.

"E as soluções que eles estão pedindo em médio prazo é a construção de uma nova maternidade pública, o que pode ser no mesmo local da Maternidade Darcy Vargas, com a construção do hospital da mulher. Isto é, o aumento da área física.

Diz o restante da carta:
(Continua lendo.)

"Srs., solicitamos encarecidamente, para uma maior segurança das pacientes gestantes de Joinville e região e mesmo a nossa profissionalmente, que sejam atendidas as nossas reivindicações, pois sem as mesmas estamos colocando em risco, inclusive de morte, as nossas gestantes e seus recém-nascidos, nesta maternidade que já foi um dia considerada modelo no estado de Santa Catarina com o reconhecimento nacional como a primeira maternidade do Brasil a receber o Título de Maternidade Segura.

Este documento que está sendo entregue aos srs. secretários estadual e municipal de Saúde é um pedido de socorro.

Por isso, se dentro de no máximo 30 dias não virmos uma luz no final do túnel, vamos enviar uma cópia aos órgãos que possam trazer alguma ajuda para esta maternidade ou mesmo dividir a responsabilidade conosco.

Neste caso, enviaremos cópia para: Câmara de Vereadores, Conselho Municipal de Saúde, Assembleia Legislativa, Conselho Regional de Medicina, Conselho Regional de Enfermagem, Sociedade Joinvilense de Medicina, Sindicatos de Médicos e Enfermagem, Procuradoria Pública Estadual e Federal e para a Imprensa."

O documento vem assinado pelos doutores Jorge Silva de Amaral, diretor clínico; Amanda Heinen, coordenadora de emergência; Sheila Siebeneicher, coordenadora da unidade neonatal; Carlito Moreira Filho, coordenador do alto risco; Carlos Alberto H. dos Santos, coordenador de obstetrícia; Deonízio Werlich, coordenador do centro obstétrico; Jean Carl Silva, coordenador da residência médica; Lis Elena Westphal, gerente de enfermagem; Willy Hermann Schilze, coordenador da anestesiologia, e Raquel Rocha Pereira, coordenadora do centro cirúrgico."

Quero deixar bem claro que este não é só um pedido de socorro, mas nos coloca numa situação extremamente perigosa, porque a Maternidade Darcy Vargas, que faz mais de 500 procedimentos todos os dias, atendendo não só Joinville, mas a região norte inteira está passando por essa dificuldade. E o secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, que mora em Joinville, não sei o que ele tem contra os hospitais do nosso município, porque faz questão de prejudicá-los. Há setores lá que estão dependendo de uma assinatura e o processo não sai. Espero que seja a última vez que venho a esta tribuna criticar o secretário que deixa a situação chegar a este ponto tão crítico.

Quando vemos que o governador vai a Joinville levar recursos e obras, percebemos que seus subalternos não estão fazendo acontecer as coisas que tem anunciado para o nosso município. Não é fácil receber um documento que diz que o atendimento de alto risco está para ser fechado na Maternidade Darcy Vargas, onde nasci, e que já ganhou o prêmio nacional de maternidade mais segura do Brasil, exatamente pelo trabalho que, à época, a Dra. Raquel desenvolveu com toda comunidade. Agora recebemos este documento

que chega a Casa - e com certeza os quarenta deputados receberão cópia -, do grito de socorro dos médicos e dos profissionais, dizendo que as gestantes e os recém-nascidos estão correndo risco de vida naquele local, naquela maternidade onde nasci e fiz questão que os meus filhos nascessem também.

Por favor, secretário Dalmo de Oliveira, não seja esse inimigo que tem sido da saúde de Joinville, por conta dessas e de outras situações muito piores ainda com relação ao exercício do cargo de secretário da Saúde.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, deputado Kennedy Nunes, acho que o dr. Dalmo não é inimigo dos hospitais de Joinville, acho que a saúde do Brasil é inimiga dos pacientes do país.

Esta semana visitei o Hospital São Paulo, em Xanxerê, onde o governo do estado investiu a quantia de mais de R\$ 10 milhões, que é um hospital que atende pelo SUS e é bem administrado pelas freiras.

Hoje pela manhã recebi no meu gabinete as irmãs do hospital de Capinzal, administrado por uma congregação, que vieram pedir socorro, caso contrário, o hospital fechará suas portas.

No sábado visitei um hospital em São Lourenço do Oeste porque fui procurado pela direção daquela instituição, que é administrado por uma entidade sem fins lucrativos, que também pede socorro.

Estamos vivendo um momento, srs. deputados, em que é melhor repensarmos a saúde ou não vai adiantar colocar esse ou aquele secretário, porque não vamos conseguir dar dignidade às pessoas.

Ouvi atentamente os deputados que me antecederam falando sobre os últimos acontecimentos por todo o país e acho que temos que colocar, como dizia meu velho pai, a barba de molho, porque enquanto a barba do vizinho estiver ardendo, temos que preparar a nossa, e não há nenhum poder que possa fazer algo, seja governo federal, estadual ou municipal.

O aviso que estamos recebendo do povo é para todos os Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Quando a população procura educação ou saúde e não encontra; quando a população procura um trabalho, que é difícil, e não consegue; quando a população procura dignidade e não encontra; não sabemos o que poderá acontecer no dia de amanhã.

Sei que o meu direito termina onde começa o direito do outro, mas tenho que reconhecer que os nossos Poderes estão perdendo a credibilidade. Precisamos reconstruir a credibilidade do nosso país, talvez do mundo, mas refiro-me principalmente ao estado onde moro.

Vivemos um momento de reflexão em todos os setores. Agora está na mídia a questão dos estádios lá em Brasília, que se licita uma obra por R\$ 500 mil e quando ela termina custa R\$ 1,5 bilhão. Isso acontece a todo o momento. Contrata-se uma obra por R\$ 100 mil, depois é concedido um aditivo de mais 25%, depois mais um de 10% e, com isso, vamos perdendo o nosso crédito, a nossa credibilidade.

Quero ser parceiro e colocar-me à disposição daqueles que estão vivendo este momento e que têm o compromisso de fazer com que as coisas mudem e aconteçam de uma forma diferente.

Ouvi atentamente o deputado Kennedy Nunes pedir a suspensão do ICMS para o transporte urbano nos municípios com mais de 50 mil habitantes. Eu concordo que o governo deve começar a abrir mão de alguns recursos e acho, inclusive, que esse benefício deve ser concedido a todos os municípios que disponibilizam o transporte urbano à população, pois o bolso dói para todos, não importa o tamanho do município.

Mas é o momento de refletir e repensar, quando vemos a questão dos partidos políticos, as uniões que são feitas e a cúpula certa. E aqueles que dependem dessa cúpula apenas precisam concordar. Eu acho que não é assim. A democracia precisa ser vivida no pleno, quando se tem o respeito de que onde começam os direitos do deputado Padre Pedro Baldissera terminam os meus direitos, ou vice-versa. Sr. presidente, os cinco minutos restantes do horário serão utilizados pelo deputado Aldo Schneider.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Aldo Schneider, ainda dentro do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, é com satisfação que podemos voltar a esta tribuna, neste momento, para falar sobre um assunto altamente debatido - e agora com mais tranquilidade e também com mais conhecimento de causa. Vou falar sobre o Fundo de Apoio aos Municípios que aprovamos na última quarta-feira aqui nesta Casa, sendo que agora já estão saindo as diretrizes de atendimento aos municípios e de que forma cada município vai proceder para se habilitar a esses recursos.

O governo do estado está fazendo, através do BRDE, esse aporte financeiro aos municípios e, logicamente, acredito que até meados da semana que vem já teremos elaborada a cartilha por parte do BRDE com os procedimentos que cada município deverá adotar para se habilitar ao recebimento desses recursos.

Deputado Kennedy Nunes, gostaria de me associar as suas colocações, levando um pouquinho a cabo aquilo que está acontecendo no Brasil nesse momento no que tange à saúde pública brasileira.

Talvez um cenário do que a população pode fazer é o que acabamos de assistir nesta noite, ou seja, milhares e milhares de pessoas saindo às ruas sem um objetivo claro e tendo como pano de fundo a redução das passagens nas grandes cidades.

E talvez deva somar-se a essa manifestação pública essa questão da saúde brasileira, até porque já fui prefeito e posso dizer que se vive bastante isso nos municípios. A cidade onde eu moro tem um hospital público, o Hospital Waldomiro Colautti, que é mantido pelo governo do estado de Santa Catarina. O dr. Carlos, que é o diretor-geral, ligou-me hoje de manhã dizendo da dificuldade que se tem, hoje, para administrar uma unidade de saúde pública, principalmente porque os hospitais públicos catarinenses consomem uma cifra enorme do custo da saúde de Santa Catarina em detrimento aos 190 hospitais filantrópicos.

Então, gostaria de dizer a v.exa., deputado Kennedy Nunes, quem sabe diante de toda a indignação que o povo brasileiro está vivendo nesse momento, e não sabemos direito

a causa, a bandeira, o porquê, mas que essa bandeira fosse a saúde, a majoração da tabela do SUS em nível nacional, já que estamos há quase 20 anos com o mesmo custo do curativo de 18 anos atrás. Esse valor defasado é o que os hospitais, tanto públicos como filantrópicos, estão recebendo nesse momento.

Talvez esteja aí a oportunidade desta Casa se somar a todos esses manifestantes em nível de Brasil para também colocar nesse rol de reivindicações a majoração da tabela do SUS. E com a majoração da tabela com certeza não somente a maternidade de Joinville, mas também todos os nossos hospitais catarinenses terão uma condição digna de atender ao povo catarinense.

Por isso, gostaria de dizer que, independentemente de quem é o gestor da saúde de plantão, e até porque os cargos não são das pessoas, eles estão secretário e nós estamos deputados, acredito que a vontade do dr. Dalmo Claro de Oliveira, até pela sua experiência como gestor da saúde, é resolver não somente o problema da maternidade de Joinville, mas de todos os hospitais catarinenses.

Infelizmente, o cobertor é curto e não temos recurso para todos. Mas, com certeza, se tivéssemos uma remuneração adequada e condizente com aquela prestação de serviço que a unidade de saúde presta à sociedade brasileira, estaríamos num momento diferenciado, e principalmente não nesse momento de falência de todas as casas de saúde e num estado extremamente desagradável. E a origem disso tudo está na remuneração daquilo que essas casas fazem para os seus pacientes.

Por isso, gostaria de solicitar a nossa Casa, à Assembleia Legislativa, que façamos de forma contundente a defesa em favor da saúde brasileira através da aprovação da Emenda 29, através da majoração da tabela do SUS e a partir disso, sim, começaremos a resolver os problemas da saúde em nível de país, não só de Santa Catarina ou de Joinville.

Seria isso, sr. presidente, muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero registrar a presença do prefeito do município de Ouro que está acompanhando a sessão, Vitor Faccin, que, como disse anteriormente na tribuna, nos acompanhou na audiência, hoje, na Casa Civil, para conversarmos sobre os encaminhamentos dos repasses, dos recursos, dos convênios que o governo do estado está fazendo junto aos municípios.

Queremos saudar o prefeito e outras lideranças que se encontram acompanhando esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Também esta Presidência se incorpora às palavras do deputado Neodi Saretta saudando o prefeito do município de Ouro.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, o assunto que me traz a essa tribuna no dia de hoje diz respeito a um evento que ocorreu na última sexta-feira, uma apresentação, não só uma apresentação como

a entrega de um documento a todos os municípios catarinenses, realizada pelo governo do estado através da secretaria do Desenvolvimento Econômico e Sustentável, conduzida pelo deputado federal Paulinho Bornhausen, que lá esteve presente.

Estavam presentes também o prefeito de Gaspar, atual presidente da Federação Catarinense dos municípios, o prefeito da capital, Cesar Souza Junior e demais prefeitos e lideranças. Também o deputado federal Ronaldo Caiado se fez presente. Desse evento, o que será importante para Santa Catarina, em especial para os municípios? O governo do estado fez um levantamento aerofotogramétrico em todo o estado de Santa Catarina e vai fazer, ou melhor, está fazendo, uma doação desse levantamento a todos os municípios que por cota disso poderão planejar todas as atividades inerentes à gestão pública. Ou seja, o desenvolvimento da cidade, do município. Esse planejamento é que vai dizer onde é possível, onde será melhor o desenvolvimento da atividade industrial, comercial, residencial. Este levantamento aerofotogramétrico será uma grande ferramenta de trabalho não só no que diz respeito à fotografia, mas também um levantamento hídrico de Santa Catarina que compreende várias bacias hidrográficas, incluindo a situação geral dos municípios.

Lembro-me que quando prefeito da cidade de São Bento do Sul, tentei, ou procurei fazer por várias vezes este levantamento, que tem um elevado custo porque é uma foto aérea. Além da foto, tem muito trabalho pela frente, com uma equipe técnica capaz e competente de implementar este instrumento tão valioso. Consegui praticamente faltando dois anos para terminar a segunda gestão do meu mandato, por conta do valor elevado que este trabalho exige. E a grande maioria dos municípios não conseguem, não têm recurso suficiente para realizar este levantamento.

Então, quero enaltecer este trabalho do governo do estado em favor dos municípios catarinenses, que agora poderão exercer o seu planejamento, a sua execução, ter um resultado de acordo com a facilidade que esta ferramenta vai trazer.

Como eu disse, não só planejar, mas também executar, desde as obras públicas, seja na drenagem, no saneamento básico, o que é muito importante, como também a parte de loteamentos, áreas residenciais, e assim por diante. Também a pavimentação e outras atividades que a prefeitura precisa fazer. E quando não tem essa ferramenta, tem muita dificuldade de executar um planejamento adequado, como o seu Plano Diretor, que deve ser pautado neste levantamento aerofotogramétrico.

Portanto, fica aqui o registro deste trabalho feito pelo estado e repassado aos municípios catarinenses.

Por outro lado, ouvi as manifestações aqui nesta tribuna do nosso colega deputado Aldo Schneider, com o tema, entre tantos temas relevantes no Brasil, a saúde. Nos municípios que nós visitamos, sem exceção, estão clamando por mais recursos para a saúde, seja do estado, seja da união.

Ainda no dia de hoje, uma hora atrás, recebemos um apelo, mais uma vez, de um município do vale do Itajaí, para que possa ser beneficiado com recursos. Porque mais uma vez vai sobrar para o município e para o estado.

Já me pronunciei a respeito desse assunto, mas vou repetir aquilo que vivenciamos em 1993/1996, quando tive a oportunidade de ser secretário da Saúde do município de São Bento do Sul. Em 1996, deputado Kennedy Nunes, foi o último reajuste

que o governo federal concedeu aos serviços prestados ao SUS, ou seja, o serviço de consultas médicas, atendimentos ambulatoriais, exames, principalmente os de laboratório, os de média e baixa complexidade, as cirurgias, os internamentos, ou seja, as chamadas AIHs.

Desde 96, infelizmente, não houve reajuste. Entretanto, alguns defendem a tese de que isso não é a solução. Se não é a solução, vai amenizar muito, na medida em que haja uma recomposição, pelo menos da inflação.

Isso é o mínimo que se poderia pedir, que essa tabela fosse reajustada, fosse recomposta, pelo menos no que a inflação já corroeu nesses longos anos. Até o momento não temos uma posição, ou uma manifestação do governo neste sentido, de fazer um reajuste para amenizar a situação da saúde no Brasil, especialmente dos nossos hospitais.

Era isso, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo orador do partido que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário à seguinte matéria e que a mesma terá seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0124/2012 de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0044/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que altera a Lei n. 7.230, de 1988, que declara de utilidade pública a Sociedade Cultural de Apoio à Mulher (Socam), com sede na cidade de Araranguá.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0389/2012, de autoria do deputado Dado Cherm, que altera a Lei n. 15.916, de 2012, que declara de utilidade pública a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSICIP), Estrela de Isabel de Itajaí.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0130/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que modifica o inciso II do art. 4º da Lei n. 14.367, de 2008, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo, o Conselho Estadual de Cultura e o Conselho Estadual de Esporte e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, autor do projeto.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, quero agradecer a todos os deputados que deram parecer favorável a esse projeto.

Gostaria de fazer um registro especial de quem veio solicitar a mudança da constituição do conselho, que é o secretário de Turismo de São Francisco do Sul, Augusto Kolling.

Ele veio trazer a informação, a qual desconhecia, sobre a Lei n. 14.367 que estamos modificando agora, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo, o Conselho Estadual da Cultura e o Conselho Estadual do Esporte e estabelece outras providências, no seu art. 4º, que fala de como será formado o conselho. São 20 membros efetivos, dez deles são representantes das diversas regiões do estado, escolhidos pelo chefe do Poder Executivo, dentre personalidades da área de Turismo Catarinense atuantes e reconhecidos; os outros dez, membros da sociedade civil organizada dos setores turísticos.

Então tem lá um representante dos agentes de viagens, de hotelarias, de empresas organizadoras de eventos, dos restaurantes, da área de comércio, dos bacharéis de turismo, dos *Convention Bureau*, dos jornalistas de turismo, dos guias de turismo e dos profissionais das Instituições de Ensino Superior em Turismo e Hotelaria. O inciso III fala da especificidade de cada um; o dois que diz que o Poder Executivo irá nomear não coloca nenhuma exigência.

E nós temos em Santa Catarina dez regiões turísticas: região da Grande Florianópolis, Costa Verde Mar, Encantos do Sul, Serra Catarinense, Caminhos dos Canyons, Vale Europeu, Caminho dos Príncipes, Vale do Contestado, o Grande Oeste e os Caminhos da Fronteira.

E este projeto que estamos votando agora diz que esses dez representantes que o chefe do Executivo nomeia, terão que seguir esta representatividade, ou seja, um representante de cada "r" dessas regiões turísticas.

O que acontece hoje? Hoje se faz através de pressão. Então, por exemplo, desses dez hoje nomeados, deputado Silvio Dreveck, há três de Florianópolis; dois de Blumenau e não tem nem um da nossa região.

Então, ficam algumas regiões sem direito a voto no conselho, e por isso este projeto, como disse o Beto, é o óbvio para garantir um representante de cada região. Isso não acontecia. Por isso, peço vênha aos srs. deputados que aprovem este projeto para dar paridade e um pouco mais de representatividade às regiões turísticas do nosso estado.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Feita a defesa do deputado Kennedy Nunes. Acredito ter convencido todos os srs. parlamentares.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0355/2013, 0356/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0357/2013, de

autoria da deputada Luciane Carminatti; 0358/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0359/2013, 0361/2013, 0362/2013, 0363/2013, 0364/2013 e 0365/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0360/2013, de autoria do deputado Jailson Lima.

Comunica também que serão deferidos de plano os Requerimentos n.s: 0639/2013, 0640/2013, 0641/2013, 0642/2013, 0643/2013, 0644/2013, 0645/2013, 0646/2013, 0647/2013, 0648/2013, 0649/2013, 0650/2013, 0651/2013, 0652/2013, 0653/2013 e 0654/2013, de autoria do deputado Carlos Chioldini; 0655/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0656/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0657/2013 e 0658/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera e 0659/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 0660/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita ao presidente da Anatel e aos diretores regionais das operadoras Oi, Tim, Vivo e Claro melhoria na cobertura da telefonia celular, bem como a instalação de novas antenas no município de Água Doce.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0661/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita ao presidente da Anatel e aos diretores regionais das operadoras Oi, Tim, Vivo e Claro melhoria na cobertura da telefonia celular e instalação de novas antenas no município de Passos de Torres.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0046/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada à presidente da República, manifestando apoio à indicação de Paulo de Tarso Vannuchi a uma das vagas da comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada. Moção n. 0047/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e demais autoridades, manifestando apoio ao Projeto de Lei n. 5603/2013. Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação. Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0049/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao ministro das Cidades, à ministra chefe da Casa Civil, ao presidente do Contran e ao diretor do Denatran, apelando por medidas para

suspender as Resoluções n.s 429 e 434 do Contran, que estabelecem critérios para o registro de tratores destinados a trabalhos agrícolas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0050/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à presidente da República, solicitando o cancelamento imediato da concessão, por descumprimento de contrato pela empresa América Latina Logística, responsável pela antiga Ferrovia São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação n. 0058/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, solicitando ao secretário da Educação informações sobre o motivo do não atendimento ao art. 67 da Lei Federal n. 9394/96. Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação n. 0059/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, solicitando ao secretário da Saúde informações sobre o motivo do SC Saúde não atender os professores de rede estadual no Hospital Regional de Rio do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da Ordem do Dia.

Conforme acordo dos srs. líderes, suspenderemos a sessão por 10 minutos para ouvirmos o presidente Mércio Felsky, do Centro de Integração de Empresa e Escola.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, demais colegas, todos que nos acompanham neste momento, em especial os prefeitos de vários municípios que estão aqui. Os prefeitos do Partido dos Trabalhadores que ontem estiveram no Fórum, um belo encontro, discutindo vários temas que dizem respeito à política do estado, a relação da bancada com os prefeitos, enfim, foi um grande evento articulado pelo Fórum, coordenado pelo prefeito de Pinhalzinho, Fabiano da Luz, nosso jovem prefeito do oeste catarinense que coordena o Fórum dos Prefeitos. E o Jean, que é o nosso vice-prefeito de Rio do Sul, coordena os vice-prefeitos do Partido dos Trabalhadores.

Quero dizer da satisfação em recebê-los nesta Casa.

Esse Fórum definiu uma reunião com o governo do estado, com o secretário Serpa, onde estivemos representando a bancada nessa reunião dos prefeitos sobre os recursos de R\$ 500 milhões para os municípios de Santa Catarina.

Aqui acompanhei várias falas e pronunciamentos sobre esse momento que o Brasil passa, a sociedade brasileira mobilizada vai para as ruas debater diversos temas. E quero falar sobre esse momento, mas antes disso quero recuperar um pouco a história de nosso país, principalmente a juventude brasileira que está indo para as ruas um pouco mais recente do que nós, que somos vários, alguns de cabelinhos brancos, e pegamos momentos turbulentos no país, o momento do fim da ditadura militar, deputada Ângela Albino.

Eu peguei uma parte do final anos 70 e início dos anos 80, quando começamos a atuar nos grandes movimentos sociais em nosso país, mas acompanhamos bastante os reflexos desse período ditatorial que o Brasil viveu e grande parte dessa juventude não viveu mais. Hoje vivemos um momento extraordinário, quando engatinhamos na perspectiva de construir um país democrático. Em outros momentos não seria possível a sociedade ir às ruas mobilizar-se, manifestar-se e protestar como está acontecendo no momento.

Outra situação que nós, brasileiros, vivemos recentemente, foram as grandes crises dos anos 90, principalmente de recessão e desemprego. Passamos por vários momentos como o desemprego de mais de 20% da população brasileira, quando também vivemos grandes movimentos sociais e, principalmente a partir de 86, 87 e 88, que foi o grito da construção da Constituição democrática.

Vivemos um momento atual importante para nosso país. Tiramos 40 milhões de brasileiros da miséria. Investimos pesadíssimo. Estamos fazendo uma revolução na educação brasileira. Estamos investindo em infraestrutura para discutir investimentos em ferrovias, rodovias, portos, aeroportos numa nova perspectiva de desenvolvimento do nosso país. O povo brasileiro vive um momento diferenciado de acesso a um conjunto de bens que antes uma grande parte da sociedade brasileira não tinha, pois estávamos construindo um Brasil para 20% dos brasileiros.

Então, esse novo momento que o Brasil vive remete a uma nova perspectiva. E a presidente Dilma Rousseff fez um pronunciamento, ontem, sobre isso, reconhecendo esse momento que a juventude brasileira vive hoje, diferente do momento que ela viveu na sua juventude em plena ditadura militar; assim, essa nova democracia brasileira permite esses momentos.

Dizia há pouco o deputado Moacir Sopelsa que colocamos a barba de molho. De fato, essa expressão do referido deputado nos lembra que estamos num espaço transitório, nós somos transitórios, mas é um espaço importante do Legislativo brasileiro, e no caso de Santa Catarina, também passa por um profundo questionamento.

Agora, também precisamos dialogar com a sociedade brasileira, e este é um dos diálogos no qual todas as instituições estão sendo questionadas. Seja a imprensa, seja o Judiciário, seja o Legislativo, seja o Executivo, a exemplo da Câmara federal no dia de ontem.

Está sendo questionada esta lógica da estrutura brasileira da população mais pobre não ter acesso à Justiça, a demora de milhares e milhares de processos parados no Judiciário brasileiro as pessoas esperando e as leis que não avançam. As grandes mudanças que país

precisa não avançam. E aqui quero citar algumas delas.

Um dos grandes limites que temos é a reforma política, que é um dos grandes motivos do financiamento privado de campanha, da corrupção no processo de obras públicas e em outros setores de nosso país.

A reforma tributária, a reforma agrária e tantas outras mudanças que o povo espera e que, infelizmente, não andam.

As Instituições estão paradas ou muito devagar, porque a burocracia impede as políticas públicas de chegarem até a população.

Este é momento que o nosso país vive, de questionamento acerca das obras públicas, da corrupção, ou seja, um conjunto de práticas que ainda estão presentes no país, muitas ainda resultado de um período de ditadura que este país viveu no qual as políticas públicas eram dirigidas a 20, 30% da população. O restante da sociedade ficava à margem do acesso à educação, à saúde, ao crédito do setor das microempresas e da agricultura familiar e assim por diante.

Quero reconhecer essa mobilização, até porque temos o mesmo pensamento, deputado Sargento Amauri Soares, de que a sociedade brasileira precisa se organizar, precisa atuar, a sociedade brasileira, através da democracia, tem que exigir participação, tem que ir para a rua, sim, se sente que as coisas não estão andando.

Então, é nesta perspectiva que reconhecemos esta luta, reconhecemos esse momento importante que o nosso país vive.

Com certeza nós, políticos, precisamos fazer de tudo para que este mundo que se vive nas instituições, especialmente públicas, não seja um mundo irreal, um mundo diferente que o povo vive lá fora. Lá fora a sociedade vive num outro mundo de falta de acesso, falta de comunicação, falta de condições de dignidade e de respeito.

É isso que sempre questionamos nesta tribuna como, por exemplo, a questão das aposentadorias irreais, os penduricalhos em salários e assim por diante, e nas mais diversas áreas do serviço público pelo nosso país afora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. e sras. parlamentares e todos que nos acompanham pela Rádio Alesc e em suas residências. Sr. presidente, é importante relembrar a todos os parlamentares e a todos que nos acompanham, que esta Casa recentemente criou uma Frente Parlamentar de Apoio ao setor têxtil e ao setor calçadista em Santa Catarina.

Como representante da Frente Parlamentar, tive oportunidade de receber uma cópia deste relatório setorial que mostra detalhadamente todas as características e demonstra, através de informações, de números, de dados concretos a importância dos setores têxtil e calçadista do nosso estado.

Hoje, nesta reunião presidida pelo sr. Sérgio Luis Pires, que é o presidente da câmara setorial têxtil e calçadista da Fiesc, responsável por organizar e trabalhar o setor no nosso estado, quando foi apresentado este relatório, demos alguns dados que gostaria de mostrar aos srs. e sras. parlamentares.

Muitos dizem que o setor passa por grandes dificuldades, que está em baixa, que não é mais o mesmo que era no passado. Mas ainda hoje o setor têxtil catarinense é o segundo maior pólo têxtil do Brasil, perdendo

apenas para São Paulo. Se fizermos uma análise daquilo que é produzido pelas empresas catarinenses nos outros estados, temos também um dos maiores pólos, chegando praticamente a mesma produção de São Paulo.

Além disso, temos o maior *cluster*. O que é isso? É a maior junção, a maior cadeia produtiva de empresas do setor num único estado. Em Santa Catarina, pela força desse setor, pela pujança, pela quantidade de pessoas envolvidas temos todas as empresas que fazem parte da cadeia produtiva do setor têxtil, ou seja, a empresa que beneficia o algodão, que faz o tingimento, que faz o produto de cama, mesa e banho, que faz produtos para vestuário, que faz o botão, enfim, todas as empresas que produzem partes importantes para confeccionar uma roupa ou para o setor têxtil e calçadista. Santa Catarina tem o maior *cluster*, o maior setor organizado do país em termos de empresas de produção.

Além disso, srs. parlamentares, este *cluster* é formado por quase 4,7 mil empresas. É o segundo maior número de empresas do país, representando 14% das empresas do setor têxtil do Brasil. Estas empresas geram 298 mil empregos, o que totaliza quase 18% de todos os empregos do país, na área têxtil, aqui em Santa Catarina.

Se formos falar dessas quase 300 mil pessoas, mais essas quase 5 mil empresas que geraram produtos no valor de aproximadamente R\$ 26 bilhões na área têxtil, podemos dizer que é uma economia que continua forte, mas que merece, sim, a atenção do governo do estado e de todos nós, deputados.

Por isso, ocupo a tribuna hoje para demonstrar que este setor não está adormecido, não está esquecido, que é um setor muito forte e importante para todo estado.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Nobre deputado, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento em defesa do setor têxtil de Santa Catarina.

V.Exa citou o número de empregos, mais de 300 mil e, com certeza, muito mais do que a metade disso é mão de obra feminina, que deu esse grande impulso para a renda familiar em nosso estado, da mesma forma que essa quantidade de empresas num *cluster*.

Quero também dizer que as crises que esse segmento já passou e as vezes ainda vive, é muito em função de não termos uma proteção à importação dos produtos acabados que vêm da China e de tantos outros países, que mexeram muito com esse setor, principalmente em Santa Catarina, por não termos uma defesa, uma proteção à indústria nacional.

Então, parabéns à Frente Parlamentar, que está sendo liderada por v.exa. Sem dúvida, se Santa Catarina tem tantos orgulhos no setor industrial, tantas marcas importantes, essa marca do setor têxtil trouxe grandes divisas mundiais, internacionais para o nosso estado e, por isso, temos que preservá-la!

Parabéns e conte conosco neste posicionamento na Assembleia Legislativa!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

O setor têxtil produz tanto e é tão forte que hoje recebi um número que me deixou impressionado. Eu perguntei para o Sérgio, se fosse para fazer avaliação, quantas peças de roupa, cama, mesa e banho, são produzidas em Santa Catarina no setor têxtil por ano? Ele respondeu que no ano de 2012 foram

produzidas 1,6 bilhão de peças de confecção em Santa Catarina. Ou seja, é muita produção, é muita gente envolvida no setor!

É por isso que temos que fortalecer esse setor e buscar uma política de incentivo não apenas na questão de reduzir a carga tributária. Eu acho que é importante, sim, reduzir a carga tributária para que mais pessoas paguem menos, mais empresas paguem menos e com isso se consiga melhorar o salário do trabalhador, consiga-se, com uma economia estabilizada, aumentar o poder de compra do trabalhador e movimentar os outros setores da economia também.

Mas, além disso, temos que nos preocupar com a questão estratégica do setor, com a qualificação da mão de obra, com o tipo de produto que esse setor vai produzir e de que forma vamos valorizar o trabalhador e garantir que o produto catarinense seja valorizado. Porque muitas pessoas reclamam da questão da concorrência desleal de muitas empresas dentro e fora do estado, da concorrência desleal de empresas dentro do país com a informalidade, e também reclamam dos produtos que são importados da China, onde existe uma relação de trabalho muito menos democrática em que o trabalhador é muito menos valorizado que no Brasil.

Por exemplo, deputado Gilmar Knaesel, a empresa Dudalina aumentou muito o seu faturamento não querendo competir com a China, mas produzindo um produto de valor agregado diferenciado - a criatividade do nosso empresário.

É por isso que aquilo que o deputado Gilmar Knaesel falou de proteger com relação à China é muito importante, sim, e temos que fazê-lo, deputado. Mas, além disso, temos também que trabalhar a questão do valor

agregado e fazer com que todos os membros desse segmento estejam protegidos.

Por isso, quero agradecer a sua contribuição.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. nos concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Quero dar mais um exemplo. Soube agora recentemente que a companhia Hering, que passou por uma crise há muitos anos, este ano foi considerada a empresa que mais cresceu em valor agregado também ou que teve o maior número de rentabilidade também nesse segmento no Brasil.

Então, isso mostra o que v.exa. colocou muito bem, ou seja, que as indústrias também não ficaram paradas e começaram, através da criatividade - e Blumenau foi o grande centro disso -, a agregar novas ideias e com isso agregando valores ao produto final.

Por isso, houve também a saída da crise por esse viés. Parabéns a v.exa.!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Exatamente! Ou seja, os empresários fazem a sua parte e o setor produtivo faz a sua parte.

O que temos que garantir, através da Frente Parlamentar, é que haja um diálogo efetivo e eficiente entre o setor governamental e o setor privado, que as empresas conversem com o governo e ele permita que elas possam produzir e valorizar o seu trabalhador para que o próprio trabalhador também seja beneficiado na cadeia produtiva. Ou seja, todos ganhando nesse processo, srs. parlamentares.

Este é o objetivo da Frente Parlamentar: permitir que o governo abra os seus olhos e veja o poder da economia no setor têxtil para que sejam valorizados a indústria, o comércio e os trabalhadores. E, consequente-

mente, quem acaba ganhando com isso é o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, quero registrar a presença do prefeito de Formosa do Sul, Jorge Antônio Comunello, e do presidente da Câmara, que nos prestigiam com a sua visita hoje no Parlamento. Sejam bem-vindos!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Quero convidar os nossos parlamentares, hoje, às 19h, de uma sessão especial em comemoração aos 105 anos da colonização japonesa no Brasil. Faço este convite a todos os srs. deputados e sras. deputadas que tiverem condições de prestigiar o evento dos nossos irmãos japoneses que estão há tantos anos vivendo aqui em Santa Catarina trazendo o progresso juntamente com os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje às 19h.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 026-DL, de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Dado Cherem para ausentar-se do País, no período de 7 a 11 de julho do corrente ano, a fim de viajar a Buenos Aires, Argentina, em caráter particular.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 5 de julho de 2013.

Deputado JOARES PONTICELLI - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - 1º Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - 2º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia 03 de junho do ano de dois mil e treze, reuniram-se na sala zero um de reuniões das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina os Senhores Deputados: Moacir Sopelsa Presidente, José Milton Scheffer; Mauro de Nadal José Nei Alberton Ascari, Dirceu Dresch, Narcizo Parisotto e Adilor Guglielmi, os trabalhos foram abertos pelo Deputado Moacir Sopelsa que fez leitura do OF. 0277.2/2013, de autoria da Entidade Social que Encaminha documento para a manutenção do título de reconhecimento de Utilidade Pública da Associação Brasileira de Criadores de Bovinos da Raça Crioula Lageana (ABCCL), referente ao exercício de 2012; distribuiu o PL/0219.7/2013, de autoria do Deputado Mauro de Nadal ao Deputado José Milton Scheffer que, Institui o Dia Estadual do Produtor de

Tabaco. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira Chefe de Secretária lavei a presente ata, que, após lida e aprovada será assinada pelo Presidente. Florianópolis, 03 de junho de dois mil e treze.

Deputado Moacir Sopelsa

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H DO DIA 25 DE JUNHO DE 2013.

Às nove horas do dia vinte e cinco de junho do ano de dois mil e treze, sob a Presidência do Deputado Mauro de Nadal, reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Ana Paula Lima, José Nei Alberton Ascari, Aldo Schneider, Jean Kuhlmann, Silvio Dreveck, Serafim Venzon, Dirceu Dresch mandou ofício comunicando sua ausência. Aberto os trabalhos, o Presidente colocou em votação a ata da 13ª reunião ordinária, sendo aprovada por unanimidade. O Deputado José Nei Alberton Ascari relatou o

Projeto de Lei nº 0170.7/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0207.3/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0102.6/2012 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0494.2/2011 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0069.0/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0018.0/2013 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão foi cedido pedido de vista em gabinete à Dep. Ana Paula Lima; apresentou voto-vista ao Projeto de Lei nº 0315.6/2010 apresentando parecer favorável à proposição com emenda(s) Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0042.0/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Silvio Dreveck** relatou o Projeto de Lei nº 0367.7/2012 apresentando parecer favorável à proposição com emenda Supressiva que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0188.6/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0392.8/2012 apresentando parecer favorável à proposição com Emenda Modificativa e Emenda Aditiva que, posto em discussão foi cedido pedido de vista em gabinete à Dep. Ana Paula Lima; o Projeto de Lei nº 0177.3/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão foi cedido pedido de vista em gabinete à Dep. Ana Paula Lima. **O Deputado Aldo Schneider** apresentou voto-vista ao Projeto de Lei Complementar nº 0012.0/2011 sem manifestação que, posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete à Dep. Ana Paula Lima; o Projeto de Lei nº 0213.1/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0046.4/2012 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Dep. Silvio Dreveck; o Projeto de Lei nº 0132.1/2012 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0110.6/2013 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete à Dep. Ana Paula Lima; o Projeto de Resolução nº 0013.6/2012 apresentando requerimento pela realização de diligência interna que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0093.0/2013 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete à Dep. Ana Paula Lima. **A Deputada Ana Paula Lima** relatou o Projeto de Lei nº 0174.0/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Jean Kuhlmann** relatou o Projeto de Lei nº 0166.0/2012 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº 0014.2/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Serafim Venzon** relatou o Projeto de Lei nº 0165.0/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete à Dep. Ana Paula Lima; o Projeto de Lei nº 12.5/2012 apresentando parecer favorável à proposição com emenda(s) Supressiva(s) que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0336.0/2012 apresentando parecer contrário à proposição que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete à Dep. Ana Paula Lima; o Projeto de Lei nº 0054.4/2012 apresentando parecer contrário à proposição que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Dep. José Nei Alberton

Ascari. **O Deputado Mauro de Nadal** colocou em votação o requerimento do Dep. Aldo Schneider solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 0187.5/2010, o qual foi aprovado por unanimidade; relatou o Projeto de Lei nº 0157.0/2013 apresentando parecer favorável à proposição com emenda(s) Substitutiva Global que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0022.3/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência por meio de AR que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0191.1/2013 apresentando parecer favorável à proposição com emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 176.2/2013 apresentando parecer favorável à proposição com emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0065.7/2013 apresentando parecer favorável à proposição com emendas Aditivas e Modificativa que posto em discussão, foi cedido pedido de vista coletiva. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Rôberio de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 2013.

Deputado Mauro de Nadal

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H DO DIA 2 DE JULHO DE 2013.

Às nove horas do dia dois de julho do ano de dois mil e treze, sob a Presidência do Deputado Mauro de Nadal, reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Ana Paula Lima, José Nei Alberton Ascari, Aldo Schneider, Jean Kuhlmann, Silvio Dreveck, Serafim Venzon, Dirceu Dresch e Narcizo Parisotto. Aberto os trabalhos, o Presidente colocou em votação a ata da 14ª reunião ordinária, sendo aprovada por unanimidade. **O Deputado Mauro de Nadal** relatou o Projeto de Lei nº 0065.7/2013 apresentando parecer favorável à proposição com emendas Aditivas e emenda Modificativa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **A Deputada Ana Paula Lima** relatou o Projeto de Lei nº 0229.9/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; apresentou voto-vista ao Projeto de Lei nº 0336.0/2012 com parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; relatou o Projeto de Lei nº 0128.5/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0086.1/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0123.0/2013 apresentando parecer favorável à proposição que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Dep. Silvio Dreveck; apresentou voto-vista ao Projeto de Lei nº 0392.2/2012 sem manifestação, sendo votado o parecer favorável do relator, o qual foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Jean Kuhlmann** apresentou voto-vista ao Projeto de Lei nº 0216.4/2013 propondo o apensamento ao Projeto de Lei nº 0185.3/2013 que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº 0023.3/2012 propondo o apensamento ao Projeto de Lei nº 0025.5/2011 que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Dep. Dirceu Dresch. **O Deputado Silvio Dreveck** relatou o Projeto de Lei nº 0009.0/2013 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão foi cedido pedido de vista em gabinete aos Dep. Dirceu Dresch, José Nei Alberton Ascari e Narcizo Parisotto; o Projeto de Lei nº 0109.2/2013 apresentando parecer contrário à proposição que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete à Dep. Ana Paula Lima. **O Deputado José Nei Alberton Ascari** apresentou voto-vista ao Projeto de Lei nº 0092.0/2012 com parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi

aprovado por unanimidade; relatou o Projeto de Lei nº 0205.1/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0573.0/2011, apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0191.1/2011 apresentando parecer favorável à proposição com emenda(s) Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Aldo Schneider** relatou o Projeto de Lei nº 0222.2/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0223.3/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0219.7/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0081.7/2011 apresentando parecer contrário à proposição que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Dep. Serafim Venzon e ao Dep. Narcizo Parisotto; o Projeto de Lei Complementar nº 0002.9/2013, apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em 2 de julho de 2013.

Deputado Mauro de Nadal
Presidente
*** X X X ***

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 10H00, DO DIA 05 DE JUNHO DE 2013.

Às dez horas do dia cinco de junho do ano de dois mil e treze, sob a Presidência do Deputado Serafim Venzon reuniram-se a Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente, com a presença dos Senhores Deputados: Ana Paula Lima, Ismael dos Santos e Valmir Comin. Abertos os trabalhos, o Presidente colocou em votação da Ata da 3ª reunião que foi aprovada por unanimidade. Logo em seguida, foi aprovado por unanimidade o parecer que requer diligência ao Ofício nº 0073. 3/2013 que encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Pró-Menor - Lar Padre Jacó, de Itajaí, referente ao exercício de 2012. O Deputado Serafim Venzon apresentou o cronograma de Audiências Públicas da Comissão para o restante do ano de 2013, o qual foi aprovado, com o seguinte tema: "Adolescentes em Conflito com a Lei e as medidas Socioeducativas. como o FIA pode ajudar a solucionar o problema", sendo os próximos locais e datas: Blumenau/Itajaí em 02/08/13, Joinville em 30/08/13, Lages em 27/09/13, Chapecó em 25/10/13 e Florianópolis em 29/11/13, todas iniciando às 9 horas da manhã. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou e reunião da qual, eu, Laura Celeste Jaeger Gubert, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em 05 de junho de 2013.

Deputado Serafim Venzon
Presidente
*** X X X ***

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia dois de julho do ano de dois mil e treze, sob a presidência do Deputado Silvio Dreveck, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Sétima Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à Terceira Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura. Foi registrada a presença dos senhores Deputados Silvio Dreveck, Mauro de Nadal, Ciro Roza e Dirceu Dresch. Passou à discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 0043.1/13, Relator Deputado Silvio Dreveck - com emenda substitutiva global;

0159.1/13, Relator Deputado Aldo Schneider; 0168.2/13, Relator Deputado Silvio Dreveck, parecer favorável à emenda substitutiva global; 0214.2/12, Relator Deputado Silvio Dreveck e os Ofícios 0178.0/13, Relator Deputado Ciro Roza; 0180.5/13, Relator Deputado Ciro Roza; 0184.9/13, Relator Deputado Ciro Roza; 0210.5/13, Relatora Deputada Angela Albino; 0361.8/12, Relatora Deputada Angela Albino; 0016.5/13, Relator Deputado Silvio Dreveck; 0064.2/13, Relator Deputado Silvio Dreveck; 0078.8/13, Relator Deputado Silvio Dreveck; 0090.4/13, Relator Deputado Mauro de Nadal. Antes de encerrar os trabalhos o senhor Presidente convocou os senhores Deputados, nos termos regimentais, para a próxima reunião ordinária da Comissão - em dia e hora regimentais. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, 02 de julho de 2013

Deputado Marcos Vieira
Presidente
*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2013

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOTELARIA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ALESC.

DATA: 22/07/2013 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 22 de julho de 2013. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 8 de julho de 2013.
Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 60 BEBEDOUROS PARA SUBSTITUIR OS EXISTENTES NOS GABINETES PARLAMENTARES.

DATA: 23/07/2013 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 23 de julho de 2013. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 9 de julho de 2013.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 109/2013

REFERENTE: Inexigibilidade nº 029/2013 celebrado em 28/06/2013.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina - ADJORI
OBJETO: Aquisição de Cota de participação no **41º Congresso Estadual da Adjori/SC**, que será realizado no período de 28 a 30 de junho de 2013 na cidade de Itapema SC., junto ao Hotel Plaza Itapema Resort & SPA. A aquisição da referida cota permitirá o que abaixo segue:

- utilização de *stand* com 36 m² construído pela própria ADJORI com espaço físico suficiente para instalação painéis eletrônico, *banner* institucional e demais materiais impressos;

• 10 (dez) inscrições para servidores da ALESC.
VALOR: R\$ 150.000,00
DATA: 28 a 30 de junho de 2013.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 058/2013.
ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Subelemento: 3.3.90.39.55 (patrocínio), do orçamento da ALESC.
Florianópolis, 08 de julho de 2013.
Joares Ponticelli - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 110/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 042/2013-00, celebrado em 28/06/2013.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Associação Dos Jornais do Interior de Santa Catarina-Adjori
OBJETO: O presente Contrato tem como objeto a aquisição de cota de participação e de espaço físico no 41º Congresso Estadual da ADJORI/SC, que será realizado no período de 28 a 30 de junho de 2013 na cidade de Itapema SC., junto ao Hotel Plaza Itapema Resort & SPA. O patrocínio e a aquisição da referida cota permitirá o que abaixo segue:

- utilização de *stand* com 36 m² construído pela própria ADJORI com espaço físico suficiente para instalação painéis eletrônico, *banner* institucional e demais materiais impressos;
- 10 (dez) inscrições para servidores da ALESC.

VALOR: R\$ 150.000,00
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93; Processo Licitatório nº 058/2013-LIC; Inexigibilidade de Licitação nº 029/2013; Autorização Administrativa.
Florianópolis, 08 de julho de 2013.
Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC
Miguel Angelo Gobbi- Presidente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 111/2013

REFERENTE: Inexigibilidade nº 023/2013 celebrado em 26/06/2013.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Câmara de Dirigentes Lojistas de Nova Veneza
OBJETO: Aquisição de espaço físico para colocação de *banner* e símbolo/logomarca da ALESC na IX Festa da Gastronomia Típica Italiana (**CARNEVALE DI VENEZIA**), que acontecerá no município de Nova Veneza durante a segunda quinzena do mês de junho de 2013, com direito à inclusão nos folders, cartazes, outdoors e inserções nos jornais, rádios e televisão do logotipo e nome da ALESC como patrocinadora do evento.

VALOR: R\$ 50.000,00
DATA: 19 a 30 de junho
FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 060/2013 - LIC - ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), subelemento 3.3.90.39.55 (Patrocínio).
Florianópolis, 08 de julho de 2013.

Joares Ponticelli - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 112/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 036/2013-00, celebrado em 26/06/2013.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Câmara de Dirigentes Lojistas de Nova Veneza.
OBJETO: Adquirir cota de participação e de espaço físico para colocação *banner* e símbolo/logomarca da ALESC, mais estande com até 25m, na IX Festa da Gastronomia Típica Italiana (**CARNEVALE DI VENEZIA**), que acontecerá no município de Nova Veneza durante a segunda quinzena do mês de junho de 2013, com direito à inclusão nos folders, cartazes, outdoors e inserções nos jornais, rádios e televisão do logotipo e nome da ALESC como patrocinadora do evento.

VALOR: R\$ 50.000,00
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93; Processo Licitatório nº 060/2013-LIC; Inexigibilidade de Licitação nº 023/2013 e; Autorização Administrativa.
Florianópolis, 08 de julho de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC
Carmen Beatriz Ghislandi Nuernberg- Presidente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 113/2013

REFERENTE: Inexigibilidade nº 022/2013 celebrado em 26/06/2013.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Associação dos Municípios da Região Carbonífera-AMREC
OBJETO: Aquisição de cota de participação e uso de espaço físico para instalação de Stand no Seminário "GESTÃO DE CIDADES" - Ciclo de

Palestras - que acontecerá no Ginásio de Esportes da UNESC - Criciúma SC - no dia 24 de junho de 2013, incluindo a utilização da logomarca da ALESC nos materiais de divulgação.

VALOR: R\$ 80.000,00
DATA DO EVENTO: 24 de junho de 2013
FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, *caput* da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 059/2013.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Subelemento: 3.3.90.39.55 (patrocínio).

Florianópolis, 08 de julho de 2013.
Joares Ponticelli - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 114/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 035/2013-00, celebrado em 26/06/2013.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Associação dos Municípios da Região Carbonífera-AMREC

OBJETO: Adquirir cota de participação e uso de espaço físico para instalação de Stand no Seminário "**GESTÃO DE CIDADES**" - Ciclo de **Palestras** - que acontecerá no Ginásio de Esportes da UNESC - Criciúma SC - no dia 24 de junho de 2013, incluindo a utilização da logomarca da ALESC nos materiais de divulgação.

VALOR: R\$ 80.000,00
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93; Processo Licitatório nº 0059/2013; Inexigibilidade de Licitação nº 022/201 e; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 08 de julho de 2013.
Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC
Vanderlei Alexandre- Presidente

*** X X X ***

OFÍCIO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Florianópolis, 05 de julho de 2013.

Exmo. Sr.
Deputado Joarez Ponticelli
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos venho através deste informar que retornarei a partir de 09 de julho, minhas atividades parlamentares nesta honrada Casa Legislativa.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Deputado Estadual Renato Luiz Hinnig

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/13

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1739, de 9 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **PATRICIA PAULA SABADINI MIOTTO**, matrícula nº 3899, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de julho de 2013 (Gab Dep Narcizo Parisotto).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1740, de 9 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ANA PAULA DE SOUZA**, matrícula nº 5553, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-71, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1741, de 9 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANA PAULA DE SOUZA, matrícula nº 5553, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1742, de 9 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ELIZEO CEZAR PINZETTA**, matrícula nº 7022, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1743, de 9 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ELIZEO CEZAR PINZETTA, matrícula nº 7022, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Dirceu Dresch - Xavantina).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1744, de 9 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Edison Andrino para o gabinete do Deputado Renato Luiz Hinnig, a contar de 9 de julho de 2013.

Matrícula	Nome	Nível
4527	MARIJANE LUCIA MARAN LIBARDONI	PL/GAB-50
5198	JERUSA SCHAUFFLER LEHMKUHL	PL/GAB-75
5267	NIVALDO JOSE TONELLI	PL/GAB-64
5639	EDISON MEIRA	PL/GAB-58
5640	JOHN MARTINS VIANNA	PL/GAB-77
5643	FABIANO BREGGNE PIRES	PL/GAB-55
5645	ROBERTO CARDOSO STRUVE	PL/GAB-74
5816	GUSTAVO CORREA MARIA	PL/GAB-37
5952	RITA DE CASSIA OLINGER	PL/GAB-55
5963	MARCOS DA SILVA	PL/GAB-56
6105	EVA MARIA DOS SANTOS	PL/GAB-01
7137	MARIANA SIMON	PL/GAB-64
9145	DÉCIO FLÁVIO BORTOLUZZI	PL/GAB-55
6258	JOCYLENE SANTOS VELHO	PL/GAB-64
6864	ALESSANDRO DEMARCHE MARTINS	PL/GAB-66
6895	JOANE MACHADO	PL/GAB-50
7075	SOLEDAD PAMELA YACONI URRUTIA DE SOUSA	PL/GAB-59
7170	ZILDOMAR TEOFILU DEUCHER	PL/GAB-67
7202	MAIQUELI MANTOVANI GREGIANIN	PL/GAB-29

7291	DIEGO GIL MARQUEZ MATOS	PL/GAB-53
7293	VICTORIA LI FRETTE CALDAS	PL/GAB-55

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1745, de 9 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Edison Andrino para o gabinete do Deputado Renato Luiz Hinnig, a contar de 9 de julho de 2013.

Matrícula	Nome do Servidor
1360	MARIA NEUZA MARCELINO
1451	BERNADETE REBELO DE SOUZA
1544	ROSE MERI BENEDET
2957	LINO JOSE DAMIANI DESTRO
9197	JOSE LEODORO MARTINS

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1746, de 9 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **LINO JOSE DAMIANI DESTRO**, matrícula nº 2957, do gabinete do Deputado Edison Andrino para o gabinete do Deputado Renato Luiz Hinnig, a contar de 9 de julho de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1747, de 9 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 9 de julho de 2013.

Gab. Dep. Renato Luiz Hinnig

Matrícula	Nome	Cidade
4527	MARIJANE LUCIA MARAN LIBARDONI	DIONÍSIO CERQUEIRA
5198	JERUSA SCHAUFFLER LEHMKUHL	SÃO JOSÉ
5267	NIVALDO JOSE TONELLI	TUBARÃO
5639	EDISON MEIRA	FLORIANÓPOLIS
5645	ROBERTO CARDOSO STRUVE	FLORIANÓPOLIS
5963	MARCOS DA SILVA	SÃO JOSÉ
6105	EVA MARIA DOS SANTOS	JOINVILLE
7137	MARIANA SIMON	FLORIANÓPOLIS
9145	DÉCIO FLÁVIO BORTOLUZZI	FLORIANÓPOLIS
6258	JOCYLENE SANTOS VELHO	FLORIANÓPOLIS
6864	ALESSANDRO DEMARCHE MARTINS	FLORIANÓPOLIS
6895	JOANE MACHADO	PALHOÇA
7075	SOLEDAD PAMELA YACONI URRUTIA DE SOUSA	SÃO JOSÉ
7170	ZILDOMAR TEOFILU DEUCHER	SÃO JOSÉ
7202	MAIQUELI MANTOVANI GREGIANIN	SÃO JOSÉ
7291	DIEGO GIL MARQUEZ MATOS	FLORIANÓPOLIS
7293	VICTORIA LI FRETTE CALDAS	TUBARÃO

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1748, de 9 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Ciro Marcial Roza para o gabinete do Deputado Edison Andrino, a contar de 9 de julho de 2013.

Matrícula	Nome	Nível
3128	MARIA SALETE ULLER	PL/GAB-46
3551	VILSON BOHN	PL/GAB-76
5180	ZAIRA FIGUEIREDO SILVESTRE	PL/GAB-87
5259	PAULO ROBERTO CORREA DOS SANTOS	PL/GAB-26
5260	JEFERSON GERALDO GARCIA	PL/GAB-84
5686	ANTONIO MICHEL GRABOSKI LAUREANO	PL/GAB-43
6065	KELLIN BORGES	PL/GAB-37
6091	CRISTIANE ROCHA PACHECO	PL/GAB-24
6520	JADSON BERTO DA SILVEIRA	PL/GAB-62
6887	LUIZ FANTINI	PL/GAB-43
6888	MILTON DA SILVA	PL/GAB-75
6890	PAULINA COELHO HARLE	PL/GAB-43
6889	IVAN TORRESANI	PL/GAB-34
6885	SANDRA DA CONCEIÇÃO BOSSA	PL/GAB-34
6884	SABRINA PRUNER CRESPI BORJA	PL/GAB-34
7012	SONIA REGINA PORTALETE	PL/GAB-82
7162	MARLI FERNANDES	PL/GAB-34
7203	ADEMIR LUIZ DE SOUZA	PL/GAB-43
7276	SEBASTIÃO JOSÉ HANG	PL/GAB-04
7306	RODRIGO LIMA LODETTI	PL/GAB-23
7347	RUI ZALDIR HUBNER	PL/GAB-20
7415	HELIO LUIZ BUNN	PL/GAB-01

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1749, de 9 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação da servidora abaixo relacionada, do gabinete do Deputado Ciro Marcial Roza para o gabinete do Deputado Edison Andrino, a contar de 9 de julho de 2013.

Matrícula	Nome do Servidor
1293	CLAUDIANE BLEYER REMOR BORGHESAN

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1750, de 9 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designada a servidora **CLAUDIANE BLEYER REMOR BORGHESAN**, matrícula nº 1293, do gabinete do Deputado Ciro Marcial Roza para o gabinete do Deputado Edison Andrino, a contar de 9 de julho de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1751, de 9 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 9 de julho de 2013.

Gab. Dep. Edison Andrino

Matrícula	Nome	Cidade
3128	MARIA SALETE ULLER	BRUSQUE
3551	VILSON BOHN	BRUSQUE
5259	PAULO ROBERTO CORREA DOS SANTOS	FLORIANÓPOLIS
5686	ANTONIO MICHEL GRABOSKI LAUREANO	LAGUNA
6065	KELLIN BORGES	FLORIANÓPOLIS
6091	CRISTIANE ROCHA PACHECO	ARARANGUÁ
6520	JADSON BERTO DA SILVEIRA	FLORIANÓPOLIS
6887	LUIZ FANTINI	BRUSQUE
6888	MILTON DA SILVA	BRUSQUE
6890	PAULINA COELHO HARLE	BRUSQUE
6889	IVAN TORRESANI	BRUSQUE
6885	SANDRA DA CONCEIÇÃO BOSSA	BRUSQUE
6884	SABRINA PRUNER CRESPI BORJA	BRUSQUE
7012	SONIA REGINA PORTALETE	BRUSQUE
7162	MARLI FERNANDES	CRICIÚMA
7203	ADEMIR LUIZ DE SOUZA	BRUSQUE
7276	SEBASTIÃO JOSÉ HANG	BRUSQUE
7306	RODRIGO LIMA LODETTI	IÇARA
7347	RUI ZALDIR HUBNER	MARAVILHA
7415	HELIO LUIZ BUNN	LAURO MÜLLER

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1752, de 9 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR na **CGP** - Escola do Legislativo **ALCILEIA MEDEIROS CARDOSO**, Administrador Escolar III, matrícula nº 06269-3, servidora da Prefeitura Municipal de Florianópolis, colocada à disposição na Assembleia Legislativa pela Portaria nº 2289/2013, de 4 de julho de 2013, sob a égide do Termo de Convênio nº 001/2013 entre Prefeitura Municipal Florianópolis e Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1753, de 9 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **ILDA MARIA GOMES DOS SANTOS**, matrícula nº 7225, na MD - Consultoria Legislativa, a contar de 8 de julho de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1754, de 9 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1538/2013,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família à servidora **ROSANE MARIA KRUGER**, matrícula nº 1961, por 15 dias, a contar de 13 de junho de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1755, de 9 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2094	TERESINHA BLOEMER PICKLER	50	22/6/2013	1533/2013
7193	SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA	15	18/6/2013	1534/2013
1508	ELIANE DA CUNHA ACHAR	10	28/6/2013	1535/2013
4346	ELIANA BARCELOS	4	21/6/2013	1536/2013
1497	ANNE LEONOR VIEIRA	30	21/6/2013	1537/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1756, de 9 de julho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1823	MARIA DE LOURDES GHIZZO	60	3/6/2013	1539/2013
1152	JANDIRA LEONILDA MENEZES	120	22/6/2013	1540/2013
4406	ELZAMAR ALVES DANTE	5	24/6/2013	1541/2013
1814	DULCINEIA MARIA GOULART	90	3/7/2013	1542/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 244.8/2013

“Acrescenta parágrafo único, ao artigo 2º, e dá nova redação ao artigo 4º, ambos da Lei Nº 13.120, de 9 de novembro de 2004.”

Art. 1º O Art. 2º, da Lei Nº 13.120, de 9 de novembro de 2004, passa a vigorar acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

“Parágrafo único: Desatendida a requisição, fica autorizado o seqüestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão judicial.”

Art. 2º O Art. 3º, da Lei Nº 13.120, de 9 de novembro de 2004, passa a vigorar acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

“Art. 3º Na hipótese do precatório já ter sido incluído no orçamento do Estado de Santa Catarina, será considerada obrigação de pequeno valor aquela que respeite o art. 1º, conforme disposto no § 1º do art. 100 da Constituição Federal.”

Art. 3º O Art. 4º, da Lei Nº 13.120, de 9 de novembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, todos aqueles de natureza alimentícia, destinados ao financiamento da aquisição da casa própria, conforme dispõe o § 2º do art. 100 da Constituição Federal.

Parágrafo primeiro: Para os fins do *caput*, será considerado o valor equivalente à dez vezes daquele fixado para os fins do disposto no artigo 1º desta Lei, admitido o fracionamento para essa finalidade por uma única vez.”

Art. 4º As obrigações inscritas em precatórios até o dia 7 de janeiro de 2013, e que encontravam-se no limite de quarenta salário mínimos, serão pagas no prazo máximo de um ano, observada a atual ordem de inscrição.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04 de julho de 2013.

Deputado Sargento Amauri Soares
Líder da Bancada do PDT

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/13

JUSTIFICATIVA

A Lei Nº 13.120, de 9 de novembro de 2004, atualizada por iniciativa governamental no início deste ano de 2013, através da Lei Nº 15.945, de 07 de janeiro de 2013, embora tenha reduzido drasticamente o valor das obrigações de pequeno valor a que alude o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, se constitui em importante

instrumento de apoio ao cidadão que detém créditos judiciais de natureza alimentar, devidamente constituídos pelo Poder Judiciário em face à Fazenda Pública Estadual.

Atualmente, aqueles que detêm decisão judicial transitada em julgado, derivada de demanda contra a Fazenda Pública Estadual, poderão receber seu crédito no prazo de sessenta dias, desde que respeitado o limite de 10 (dez) salários-mínimos, considerado por lei como “de pequeno valor”.

Outrossim, este valor é elevado ao triplo, quando inserto na dicção do § 2º do art. 100 da Constituição Federal, de eficácia plena, que prevê a preferência dos débitos de natureza alimentícia preferencial, assim definido para aqueles titulares que detenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou ainda, sejam portadores de doença grave, conforme definição do inciso XIV, do art. 6º da Lei Federal nº 7.713 de 22 de dezembro de 1988.

Desta forma, propomos no presente projeto de lei, que os créditos de natureza alimentícia, destinados ao financiamento da aquisição da casa própria, sejam também considerados preferenciais, conforme dispõe o § 2º do art. 100 da Constituição Federal, todavia elevando este valor à quantia de cem salários mínimos, equivalente hoje à quantia de R\$ 67.800,00 (sessenta e sete mil e oitocentos reais), conforme disposição do Decreto nº 7.872/2012, em 26 de dezembro de 2012.

Trata-se do direcionamento voluntário dos créditos judiciais da Fazenda Pública Estadual, para uma política pública do setor habitacional do próprio Governo do Estado, fazendo com que a população mais vulnerável e de mais baixa renda tenha acesso à moradia digna.

O valor não é exagerado para o erário estadual, pois se extrairmos o exemplo de São Paulo, que editou a Lei Estadual nº 11.377, de 14 de abril de 2003, o “pequeno valor” é limitado pelo teto de R\$ 21.990,54, e o valor do crédito de natureza alimentar preferencial, de acordo com a carta magna, é de R\$ 65.971,62 (sessenta e cinco mil e novecentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos).

Além do que, entendemos que para dar efetividade à norma *sub examine*, faz-se necessária a inserção de dispositivo que permita ao juiz efetuar o seqüestro de numerário para pagamento da verba de natureza alimentar, adequando este ente federado para absorver um instituto já previsto no âmbito federal, disposto no §2º, do art. 17 da Lei Federal nº 10.259, de 12 de julho de 2001.

Devem ser superadas as dificuldades de hermenêutica e aplicação representadas por essa novel possibilidade, pois indicamos um caminho mais consentâneo com o espírito que preside o texto da Constituição, dotando assim as políticas de habitação para aquisição da “casa própria” dos elementos indispensáveis para aplicar recursos públicos, quando estes já são de direito do particular, na aquisição da moradia, onde submeto as alterações da Lei à elevada consideração do Poder competente.

Sala das Sessões, em 04 de julho de 2013.

Deputado Sargento Amauri Soares

Líder da Bancada do PDT

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 245.9/2013

Dispõe sobre a proteção e defesa do usuário dos serviços públicos, prestados pela administração direta, indireta e os delegados pelo Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece normas básicas de proteção e defesa do usuário dos serviços públicos prestados pela administração direta e indireta do Estado de Santa Catarina, diretamente ou sob regime de concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação por ato administrativo, contrato ou convênio.

§ 1º Considera-se usuário a pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, utiliza efetiva ou potencialmente os serviços referidos neste artigo.

§ 2º Esta Lei se aplica aos particulares que prestam serviço de caráter público ao Governo do Estado de Santa Catarina mediante concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação por ato administrativo, contrato ou convênio.

§ 3º As agências reguladoras e fiscalizadoras da prestação de serviços públicos submetidas a normas legais, regulamentares ou regimentais concernentes à proteção e defesa dos direitos dos usuários aplicarão subsidiariamente as disposições desta Lei, sem prejuízo do preceituado no art. 21.

Art. 2º Os serviços públicos serão prestados de forma adequada ao pleno atendimento do usuário, obedecendo aos princípios da universalidade, generalidade, transparência, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e, quando cabível, modicidade das tarifas.

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS

Art. 3º São direitos básicos do usuário:

I - a adequada prestação dos serviços, nos termos do art. 2º desta Lei, devendo os agentes públicos e prestadores de serviços públicos atender às seguintes exigências:

- a) urbanidade e respeito no atendimento aos usuários;
- b) atendimento por ordem de chegada, assegurada prioridade a idosos, gestantes, doentes e portadores de deficiência;
- c) adequação entre meios e fins, vedada a imposição de exigências, obrigações, restrições e sanções não previstas em lei;
- d) igualdade no tratamento, vedado qualquer tipo de discriminação;
- e) cumprimento de prazos e normas procedimentais;
- f) fixação e observância de horário de normas compatíveis com o bom atendimento do usuário;
- g) adoção de medidas de proteção à saúde ou segurança dos usuários;
- h) autenticação de documentos pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo usuário, vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade;
- i) manutenção e instalações limpas, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço ou atendimento;
- j) observância dos Códigos de Ética aplicáveis às várias categorias de agentes públicos;

II - a participação na fiscalização da execução e avaliação dos serviços, conforme definido em regulamento específico;

III - o acesso direto e facilitado ao órgão ou entidade responsável pela execução do serviço e ao órgão ou entidade a que aqueles estiverem subordinados ou vinculados;

IV - a obtenção e utilização dos serviços com liberdade de escolha, e sem discriminação;

V - o sigilo, o acesso e a obtenção de fotocópias das informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados de prestadores de serviços, observado o disposto no art. 5º, X, da Constituição Federal;

VI - a obtenção de informações precisas sobre:

- a) o horário de funcionamento das unidades administrativas;
- b) o tipo de atividade exercida em cada órgão, sua localização exata e a indicação do responsável pelo atendimento ao público;
- c) os procedimentos para acesso a exames, formulários e outros dados necessários à prestação do serviço;
- d) a autoridade ou o órgão encarregado de receber queixas, reclamações ou sugestões;
- e) a tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado;
- f) as decisões proferidas e respectiva motivação, inclusive opiniões divergentes, constantes de processo administrativo em que figure como interessado;
- g) minutas de contratos-padrão, que deverão ser redigidas em termos claros, com caracteres ostensivos e de fácil compreensão;

h) conteúdo dos bancos de dados de interesse públicos relativos a gastos, licitações e contratações, de modo a permitir acompanhamento e maior controle da utilização dos recursos públicos por parte do contribuinte;

i) composição das taxas e tarifas cobradas pela prestação dos serviços, devendo o usuário receber, em tempo hábil, cobrança por meio de documento contendo os dados necessários à exata compreensão da extensão do serviço prestado.

Parágrafo único. O planejamento e o desenvolvimento de programas de capacitação gerencial e tecnológica, na área de recursos humanos, aliados à utilização de equipamentos modernos, são indispensáveis à boa qualidade do serviço público.

CAPÍTULO III
DOS DEVERES DO USUÁRIO

Art. 4º São deveres do usuário:

I - utilizar adequadamente os serviços, procedendo com lealdade e boa-fé;

II - prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para a adequada prestação do serviço;

III - comunicar às autoridades responsáveis as irregularidades praticadas pelos prestadores de serviços;

IV - não formular reclamações, críticas ou sugestões ciente de que são destituídas de fundamento.

Art. 5º Cabe às Comissões de Ética conhecer das consultas, denúncias e representações formuladas contra o servidor público, por infringência a princípio ou norma ético-profissional, adotando as providências cabíveis.

CAPÍTULO V
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadores de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem ao usuário, a terceiros e, quando for o caso, ao Poder Público, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Art. 7º Os procedimentos administrativos advindos desta Lei serão impulsivos e instruídos de ofício e observarão os princípios da igualdade, do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da celeridade, da economicidade, da proporcionalidade dos meios aos fins, da razoabilidade e da boa-fé.

Art. 8º. Serão observados os seguintes prazos no processo administrativo quando outros não forem estabelecidos em lei:

I - 2 (dois) dias para autuação, juntada aos autos de quaisquer elementos e outras providências de simples expediente;

II - 5 (cinco) dias para:

- a) efetivação de notificação ou intimação pessoal;
- b) elaboração de informação sem caráter técnico;
- c) decisões no curso do processo;

III - 15 (quinze) dias para:

- a) elaboração de pareceres, perícias e informes técnicos, prorrogáveis por mais 10 (dez) dias a critério da autoridade superior, mediante pedido fundamentado;
- b) para decisão final, a contar do término da instrução;
- c) manifestações em geral do usuário ou providências a seu cargo.

Art. 9º. O processo administrativo será instaurado de ofício ou mediante representação de qualquer usuário de serviço público, bem como dos órgãos ou entidades de defesa do consumidor.

Art. 10. A instauração do processo por iniciativa da Administração far-se-á por ato devidamente fundamentado.

Art. 11. O requerimento será dirigido à Ouvidoria do órgão ou entidade responsável pela infração, devendo conter:

I - a identificação do denunciante ou de quem o represente;

II - o domicílio do denunciante ou local para recebimento de comunicações;

III - informações sobre o fato e sua autoria;

IV - indicação das provas de que tenha conhecimento;

V - data e assinatura do denunciante.

§ 1º O requerimento verbal deverá ser reduzido a termo.

§ 2º Os prestadores de serviço deverão colocar à disposição do usuário formulários simplificados e de fácil compreensão para a apresentação do requerimento previsto no *caput* deste artigo, contendo reclamações e sugestões, ficando facultado ao usuário a sua utilização.

Art. 12. Em nenhuma hipótese será recusado o protocolo de petição, reclamação ou representação formuladas nos termos desta Lei, sob pena de responsabilidade do agente.

Art. 13. Será rejeitada, por decisão fundamentada, a representação manifestamente improcedente.

§ 1º Da rejeição caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação do denunciante ou seu representante.

§ 2º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio de quem praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir devidamente informado.

Art. 14. Durante a tramitação do processo é assegurado ao interessado:

I - fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei;

II - ter vista dos autos e obter cópia dos documentos nele contidos;

III - ter ciência da tramitação do processo e das decisões nele proferidas, inclusive da respectiva motivação e das opiniões divergentes;

IV - formular alegações e apresentar documentos que, juntados aos autos, serão apreciados pelo órgão responsável pela apuração dos fatos.

Art. 15. Para a instrução do processo, a Administração atuará de ofício, sem prejuízo do direito dos interessados de juntar documentos, requerer diligências e perícias.

§ 1º Os atos de instrução que exijam a atuação do interessado devem realizar-se do modo menos oneroso para este.

§ 2º A notificação, a intimação ou o aviso relativos à decisão administrativa, que devam ser formalizados por meio de publicação no órgão oficial, somente serão feitos a partir do dia em que o respectivo processo estiver disponível para vista do interessado, na repartição competente.

Art. 16. Ao interessado e ao seu procurador é assegurado o direito de retirar os autos da repartição ou unidade administrativa,

mediante a assinatura de recibo, durante o prazo para manifestação, salvo na hipótese de prazo comum.

Art. 17. Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, estes serão intimados para esse fim, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Parágrafo único. Quando a intimação for feita ao denunciante para fornecimento de informações ou de documentos necessários à apreciação e apuração da denúncia o não atendimento implicará no arquivamento do processo, se de outro modo o órgão responsável pelo processo não puder obter os dados solicitados.

Art. 18. Concluída a instrução, os interessados terão o prazo de 10 (dez) dias para manifestação pessoal ou por meio de advogado.

Art. 19. O órgão responsável pela apuração de infração às normas desta Lei deverá proferir a decisão que, conforme o caso, poderá determinar:

I - o arquivamento dos autos;

II - o encaminhamento dos autos aos órgãos competentes para apurar os ilícitos administrativo, civil e criminal, se for o caso;

III - elaboração de sugestões para melhoria dos serviços públicos, correções de erros, omissões, desvios ou abusos na prestação dos serviços, prevenção e correção de atos e procedimentos incompatíveis com as normas desta Lei, bem como proteção dos direitos dos usuários.

Art. 20. A infração às normas desta Lei sujeitará o servidor público às sanções previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do estado de Santa Catarina e normas regulamentares, sem prejuízo de outras de natureza administrativa, civil ou penal.

Parágrafo único. Para as entidades particulares delegatárias de serviço público, a qualquer título, as sanções aplicáveis são as previstas nos respectivos atos de delegação, com base na legislação vigente.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. Aplicam-se subsidiariamente a esta Lei as normas contidas nas Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 22. São legitimadas para o exercício da participação e defesa dos direitos estabelecidos nesta Lei as entidades constituídas há menos de 1 (um) ano, desde que comprovada pertinência temática.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor dentro de 90 (noventa) dias a contar da sua promulgação.

Lido no Expediente

Sessão de 09/07/13

JUSTIFICATIVA

Senhores e Senhoras Deputadas submeto a apreciação desta Casa Projeto de Lei que dispõe sobre a proteção e defesa do usuário dos serviços públicos, prestados pela administração direta, indireta e os delegados a particulares pelo Estado de Santa Catarina, com intuito de estabelecer normas básicas de proteção e defesa do usuário dos serviços públicos.

A prestação de serviços públicos possuem indiscutível interesse social por serem voltados a satisfazer a coletividade e não apenas a interesses privados. Não fosse por sua relevância para o todo social, o Estado não teria porque assumir essa atividade e, sobretudo, ampará-la sob regime diverso das relações privadas.

Portanto, os serviços públicos devem ser vistos ante sua finalidade de atendimento ao interesse público, ao atendimento das necessidades essenciais ou secundárias da sociedade. E quando se trata de serviços públicos, a regra é serem prestados pelo Estado.

Poderão, contudo, ser prestados por particulares, o que será feito por concessão ou permissão tendo sempre imantado na sua atuação a prevalência e satisfação do interesse público.

No que tange ao aspecto constitucional convém lembrar que em nada estamos ferindo competência constitucional com este nosso projeto de lei, uma vez que a própria Carta Magna determina a obrigação do Estado de legislar sobre direito dos usuários (art. 175, II da CF)

Ademais a redação do art. 24 da Lei Maior é clara ao estabelecer a competência legiferante concorrente aos Estados da Federação para reger sobre defesa do consumidor:

Art. 24 Compete à União, aos Estados, e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;

Frisa-se, e é importante destacar que a presente proposição não cria ou redesenha qualquer órgão da Administração Pública, nem cria deveres diversos daqueles genéricos já estabelecidos como também não cria despesas extraordinárias não havendo, portanto, seguindo melhor orientação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e Tribunais inferiores óbice de natureza constitucional.

Por fim, ressalta-se ainda esta lei poderá servir como parâmetro para aqueles municípios que ainda não possuem lei desta natureza e se espelham na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina em sua elaboração legislativa.

Ademais, é inevitável observar que a presente proposição coincide com a presente pauta social reclamada nas manifestações populares por melhorias de serviços públicos!

Diante do exposto, por entender que a aprovação da presente proposição trará inúmeros benefícios aos usuários de serviços públicos que aguardo de meus nobres Pares a sua rápida tramitação e aprovação.

Sala das sessões,
Deputada Angela Albino

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 246/13

ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 908

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Casa Civil, o projeto de lei que "Institui o Conselho Estadual de Segurança contra Incêndio e Pânico (CESIP) e estabelece outras providências".

Florianópolis, 3 de julho de 2013.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 09/07/13

ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DIRETORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

EM Nº 07/2013

Florianópolis, 27 de junho de 2013

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência proposta de lei que institui o Conselho Estadual de Segurança contra Incêndio e Pânico (CESIP) em substituição à Lei nº 10.286, de 27 de julho de 1998, que criou o Conselho Estadual de Proteção contra Incêndio - CEPROI.

O referido projeto assegura que diversos segmentos relacionados à segurança, prevenção e proteção contra incêndios e pânico contribuam para o efetivo cumprimento dos procedimentos, das ações e das diretrizes determinadas na legislação que trata matéria, mediante estudos que garantam a eficiência dos serviços preventivos, articulação das atividades dos órgãos e de entidades públicas e privados, bem como forma de salvaguardar a população para a prevenção contra incêndio e pânico.

A revisão da Lei Estadual nº 10.826/98 fortalece, estimula e colabora na efetividade das medidas a serem adotadas para garantir a segurança das pessoas, a redução de danos ao meio ambiente e ao patrimônio público e privado.

Nestas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência este projeto de lei para encaminhamento à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Respeitosamente,

NELSON ANTÔNIO SERPA

Secretário de Estado da Casa Civil

PROJETO DE LEI Nº 246/13

Institui o Conselho Estadual de Segurança contra Incêndio e Pânico (CESIP) e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Estadual de Segurança contra Incêndio e Pânico (CESIP), vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Art. 2º O CESIP é composto de 10 (dez) membros, sendo:

I - 1 (um) representante titular e seu respectivo suplente de cada um dos seguintes órgãos:

- Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC), que o presidirá, com voto de qualidade;
- Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC);
- Polícia Civil do Estado de Santa Catarina (PCSC);
- Instituto Geral de Perícias (IGP); e
- Secretaria de Estado da Defesa Civil (SDC); e

II - 1 (um) representante titular e seu respectivo suplente de cada uma das seguintes entidades:

- Associação dos Bombeiros Voluntários no Estado de Santa Catarina (ABVESC);

- b) Federação Catarinense de Bombeiros Comunitários (FECABOM);
 c) Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CREA-SC);
 d) Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU/SC); e
 e) Federação Catarinense de Municípios (FECAM).

§ 1º O CESIP pode convidar, a qualquer tempo, outras entidades, outros órgãos ou outros profissionais que possam contribuir para o aperfeiçoamento da legislação, das ações e dos procedimentos relativos a segurança contra incêndio e pânico.

§ 2º Os representantes dos órgãos e das entidades referidos nos incisos I e II do *caput* deste artigo devem ser indicados pelos respectivos titulares para designação pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 3º Os representantes de que trata este artigo não receberão remuneração por sua atuação, exceto o ressarcimento dos valores dispendidos para as despesas decorrentes de suas atividades, conforme solicitação e justificativa em ato administrativo específico, sendo sua atuação considerada de relevante interesse público.

Art. 4º Ao CESIP compete:

I - estimular a integração entre os órgãos e as entidades que atuam nas áreas afins da segurança contra incêndio e pânico;

II - colaborar no cumprimento da legislação de segurança contra incêndio e pânico;

III - colaborar na articulação das atividades dos órgãos e das entidades públicas e privadas relacionadas a segurança contra incêndio e pânico;

IV - estimular a modernização e a melhoria da qualidade dos serviços relacionados com a segurança contra incêndio e pânico;

V - estimular a promoção de campanhas educativas de segurança contra incêndio e pânico;

VI - estudar, analisar e sugerir alterações na legislação pertinente;

VII - desenvolver estudos e ações com vistas a aumentar a eficiência dos serviços preventivos contra incêndio e pânico; e

VIII - elaborar, aprovar e alterar o seu Regimento Interno, com *quorum* mínimo de 2/3 (dois terços) dos representantes, a ser homologado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º O CESIP reunir-se-á trimestralmente ou a qualquer tempo, em caráter extraordinário, por convocação do presidente ou por proposição da maioria dos seus membros.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Lei nº 10.826, de 27 de julho de 1998.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 247/13

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 909

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Revoga as Leis nº 14.965, de 2009, e nº 15.052, de 2009, que autorizam concessões de uso de imóveis no Município de Florianópolis".

Florianópolis, 3 de julho de 2013.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 09/07/13

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 017/2013

Florianópolis, 29 de maio de 2013

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, a minuta de projeto de lei visando a revogação da Lei estadual nº 14.965, de 03 de dezembro de 2009, que autoriza a concessão de uso de parte do imóvel, no Município de Florianópolis, constituído de um terreno com área de 8.000,00 (oito mil metros quadrados), matriculado sob o nº 72.482, nº 3612 no Registro de Imóveis da Comarca da Capital e da Lei estadual nº 15.052, de 30 de dezembro de 2009, que autoriza a concessão de uso de parte do imóvel, no Município de Florianópolis, constituído um terreno com área de 8.860,00 m² (oito mil e oitocentos e sessenta metros quadrados), matriculado sob o nº 3612 no Registro de Imóveis da Comarca da Capital.

A presente revogação ocorre em atendimento ao pedido formulado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, que administra o referido imóvel.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Derly Massaud Anuniação

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 247/13

Revoga as Leis nº 14.965, de 2009, e nº 15.052, de 2009, que autorizam concessões de uso de imóveis no Município de Florianópolis.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 14.965, de 3 de dezembro de 2009, e nº 15.052, de 30 de dezembro de 2009, que autorizam concessões de uso de imóveis no Município de Florianópolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 248/13

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 910

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a aquisição de imóvel no Município de São Lourenço do Oeste".

Florianópolis, 3 de julho de 2013.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 09/07/13

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 017/2013

Florianópolis, 29 de maio de 2013

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza a adquirir, por doação do Município de São Lourenço do Oeste, o imóvel com área de 9.050,00 m² (nove mil, cinquenta metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 6.115 no Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste.

A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade regularizar a ocupação do imóvel pela 5ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina, tendo sido sua doação autorizada pela Lei Municipal nº 1.999, de 20 de abril de 2012.

Respeitosamente,

Derly Massaud Anuniação

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 248/13

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de São Lourenço do Oeste.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de São Lourenço do Oeste, o imóvel com área de 9.050,00 m² (nove mil e cinquenta metros quadrados), com benfeitorias a serem averbadas pelo Estado, matriculado sob o nº 6.115 no Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos e Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade regularizar a ocupação do imóvel pela 5ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 1.999, de 20 de abril de 2012.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 4º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 249/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 911

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Rio do Sul".

Florianópolis, 3 de julho de 2013.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
 Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 80/2013 Florianópolis, 12 de junho de 2013

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar, ao Município de Rio do Sul, o imóvel com área de 2.655,00 m² (dois mil seiscentos e cinquenta e cinco metros quadrados), com benfeitorias, inscrito sob o Certidão 7.610 junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 01742 no Sistema de Gestão patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Trata-se de imóvel onde funcionava o Presídio Regional de Rio do Sul, já desativado e que atualmente está sob administração da Secretaria de Estado da Administração.

A presente doação tem por objetivo a construção de edificação para receber órgão público municipal, salientando que caberá ao Município beneficiado com a doação promover executar as ações necessárias a titularização da propriedade, bem como a averbação das benfeitorias existentes sobre o imóvel quando da transferência do imóvel.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência
 Respeitosamente,

Derly Massaud Anuniação

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 249/13

Autoriza a doação de imóvel no Município de Rio do Sul.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Rio do Sul o imóvel com área de 2.655,00 m² (dois mil, seiscentos e cinquenta e cinco metros quadrados), com benfeitorias não averbadas, matriculado sob o nº 7.610 no Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 01742 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por objetivo a construção de edificação para receber órgão público municipal.

Art. 3º Caberá ao Município beneficiado com a doação promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes no imóvel.

Art. 4º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir a finalidade da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 5º A reversão de que trata o art. 4º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 6º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 8º Fica revogada a Lei nº 15.742, de 11 de janeiro de 2012.

Art. 9º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 250.6/2013

Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 15.314, de 2010, que proíbe o repasse da cobrança de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços nas contas de serviços públicos estaduais a igrejas e templos de qualquer culto.

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 15.314, de 29 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º São definidas, para efeitos do art. 1º, as contas relativas a imóveis ocupados por igrejas ou templos de qualquer culto, devidamente registradas em nome da instituição religiosa cujo funcionamento seja reconhecido por declaração de auto ridade pública.

Parágrafo único. A declaração de que trata o caput será firmada por um dos seguintes agentes públicos onde a instituição tenha a sua sede:

- I - Prefeito Municipal;
- II - Presidente da Câmara Municipal;
- III - Delegado de Polícia;
- IV - Juiz de Direito da Comarca; ou
- V - Promotor Público." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/13

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente Projeto de Lei, visando à alteração da Lei nº 15.314, de 29 de setembro de 2010, que proíbe o repasse da cobrança de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços nas contas de serviços públicos estaduais a igrejas e templos de qualquer culto.

Busca-se, assim, tornar justo e isonômico o tratamento para fins de comprovação do efetivo funcionamento de todas as entidades civis, sem fins lucrativos, e instituições religiosas que atuam no âmbito do Estado de Santa Catarina, a exemplo do que já ocorre com as entidades declaradas de utilidade pública estadual.

Desta forma, solicito aos nobres Pares o acolhimento da presente proposição.

Deputado Ismael dos Santos

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 251.7/2013

Institui o Dia Estadual da Agroecologia.

Art. 1º - Fica instituído no Estado de Santa Catarina o "Dia Estadual da Agroecologia", a ser comemorado anualmente no dia 03 de outubro.

Art. 2º - Esta data fica incluída no calendário de eventos da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/13

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa à comemoração anual do Dia Estadual da Agroecologia, em 03 de outubro, data de nascimento de Ana Maria Primavesi, precursora da agroecologia no Brasil. Esta data servirá para referenciar a importância agricultura sustentável e agroecológica em Santa Catarina, um estado em que as características sócio-fundiárias apontam uma crescente tendência de crescimento, especialmente entre a agricultura familiar. Não é por acaso que existem diversas pesquisas de agroecologia, articulando PhDs e Mestres, além dos extensionistas.

A agroecologia é sinônimo de saúde, tanto para os agricultores como também para os consumidores. Estima-se que atualmente quase três mil famílias de pequenos agricultores cultivam produtos orgânicos em Santa Catarina. A merenda escolar orgânica atende mais de 56 mil crianças em mais de 100 escolas básicas estaduais. As universidades públicas e privadas já possuem linhas acadêmicas em agroecologia e executam importantes pesquisas na área, beneficiando diretamente a sociedade.

Porém, muito ainda precisa ser feito para o maior desenvolvimento da agroecologia. Um documento contendo 20 ações e políticas fundamentais à agroecologia foi aprovado no VI Seminário Estadual de Agroecologia, em Pinhalzinho (SC), entre os dias 23 e 24 de maio deste ano, reunindo mais de 2,5 mil pessoas em painéis, palestras, debates, oficinas e visitas a experiências agroecológicas. Entre os pontos deste documento, encontramos a necessidade de subsídios públicos para a produção agroecológica e para agricultores em processo de transição para a agroecologia. Também a criação de programa para pagamento de bolsa para estimular os jovens agricultores agroecológicos a permanecerem no campo.

Senhores (as) Deputados (as), comemorar o Dia Estadual da Agroecologia na data de nascimento de Ana Maria Primavesi, é atribuir uma carga simbólica bastante positiva a este conjunto de práticas de preservação do solo, integradas com o meio ambiente, pois homenageia uma verdadeira precursora nas pesquisas que apontaram à agricultura baseada na atividade biológica do solo. Graças a esta mulher a o solo passou a ser compreendido como um organismo vivo e com diversos níveis de interação com a planta.

Nascida na Áustria, em 1920, a engenheira ambiental Ana Maria Primavesi, hoje aposentada, foi professora da Universidade Federal de Santa Maria. Fundadora da Associação da Agricultura, Ana é autora de diversos livros, dentre os quais aquele que é considerado a obra de referência nas ciências agrárias, "Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais". Durante sua brilhante carreira, recebeu diversos prêmios como o One World Award do *International Federation of Organic Agriculture Movements*, além de títulos *doctor honoris causa* em diversas universidades brasileiras.

Ter uma data a ser comemorada, anualmente, é - acima de tudo - assumir a importância da atividade como política pública de Estado, apresentando crescentemente boas razões para o otimismo da lembrança e a certeza dos investimentos na área.

Essas, portanto, são algumas das razões pelas quais apresento a presente proposição, contando com o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

Deputado Padre Baldissera

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 252.8/13

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetro, por unidade autônoma, residencial ou comercial, em edificações no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º - Fica obrigatória a instalação de hidrômetros individuais para cada unidade domiciliar ou de consumo, na execução de novas construções de:

I - prédios de apartamentos, comerciais, salas e lojas;

II - condomínios horizontais e verticais;

III - conjuntos habitacionais;

IV - outros imóveis ou áreas que se caracterizem pela pluralidade de unidades de consumo.

Parágrafo Único - Os hidrômetros individuais destinam-se à aferição do consumo de cada unidade domiciliar ou comercial constitutiva das edificações especificadas no caput deste artigo.

Art. 2º - As edificações que integram os condomínios terão suas plantas aprovadas pelo órgão público competente desde que, além de apresentarem na planta hidráulica um hidrômetro comum para o condomínio, apresentarem também um hidrômetro individual para cada unidade residencial ou não residencial, para aferição do consumo de água da unidade.

Art. 3º - Fica vedado aos órgãos públicos a emissão de documentos de sua competência necessários à legalização de novos imóveis e/ou atividades comerciais localizadas em condomínios que estejam em desacordo com as normas estabelecidas na presente Lei.

Art. 4º - Nos condomínios, cada condômino pagará apenas o valor referente ao consumo próprio, aferido através do hidrômetro individual da respectiva unidade.

§ 1º A diferença entre o somatório do consumo de água de todas as unidades e a quantidade marcada pelo hidrômetro comum será considerada como correspondente à água utilizada para higienização das áreas comuns do edifício e será suportada pelo conjunto dos condôminos do prédio.

Art. 5º - O Governo do Estado poderá estabelecer parceria com os Municípios para, através do órgão competente ou empresa pública para oferecer assistência e cooperação técnica visando o cumprimento desta lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a sua publicação.

Sala Sessões, em

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 09/07/13

JUSTIFICATIVA

Submeto este projeto de lei à análise e consideração de nossos ilustres pares desta Casa Legislativa, que tem por escopo corrigir distorções em relação ao efetivo consumo e ao valor pago pela água, conferindo assim aos consumidores maior controle, economia e, sobretudo, a utilização adequada e responsável deste recurso.

Primeiramente, cabe destacar o permissivo constitucional para que esta Casa se pronuncie sobre a matéria, pois a Constituição Federal prevê, em seus artigos. 23 e 24, que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e da assistência pública, proteger o meio ambiente e promover a

melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico, a defesa do solo, dos recursos naturais e do meio ambiente e o controle da poluição.

No mérito, a justiça na cobrança pelo uso da água é o fator maior que impulsiona a implementação da medição individual em edifícios de apartamentos. Como as unidades habitacionais não têm o mesmo número de habitantes, fica claro que o rateio da conta total de água pelo número de apartamentos não se constitui na maneira mais justa e equilibrada para o consumidor.

O sistema tradicionalmente utilizado para a medição de água nos apartamentos de edifícios multifamiliares é injusto em virtude de a cobrança dos serviços serem efetuadas pelo consumo médio, obtido através do volume registrado no hidrômetro do ramal predial do edifício, o qual é rateado pelo número de apartamentos. Além de injusto socialmente, ele não incentiva a redução do desperdício de água, visto que, mesmo que o usuário seja cuidadoso e tenha procedimentos compatíveis com a economia de água, isto não se reflete diretamente na sua conta de água e esgotos.

Assim sendo, independentemente do consumo individual real de cada apartamento, tenha ele uma ou dez pessoas, a cobrança é sempre feita de forma igual. E, o que é mais grave, mesmo que o consumidor viaje de férias e mantenha o apartamento fechado, sempre pagará como se estivesse normalmente consumindo.

Resta claro nesta proposição que não se trata de alteração das condições de concessão de serviços de abastecimento de água aos usuários da rede pública, e, sim, apenas, das condições de edificação, para que medidores individuais sejam instalados nas unidades autônomas de condomínios, em local de fácil acesso, conjuntamente com o medidor do consumo global das edificações, para a apuração do consumo da área comum.

Pode-se destacar como objetivos específicos da medição individual de água em apartamentos os efeitos obtidos com esta metodologia, a seguir listados: redução do desperdício de água; redução do consumo de energia elétrica pela redução do volume bombeado para o reservatório superior; contas de água e esgotos dos apartamentos baseadas em consumos reais; identificação de vazamentos de difícil percepção; maior satisfação dos usuários e redução do volume efluente de esgotos, com benefícios ecológicos.

Do ponto de vista do consumidor: pagamento proporcional ao consumo, ou seja, um apartamento que só tenha um consumidor não pagará o mesmo que aquele que possua seis, oito ou dez pessoas; o usuário não pagará pelo desperdício dos outros; redução do pagamento da conta de água, em alguns casos de até 50%; redução do consumo do edifício em até 30%; possibilidade de localizar vazamentos internos nos apartamentos, os quais, às vezes, levam meses e até anos para serem identificados; maior satisfação do usuário, já que ele passa a controlar diretamente a sua conta de água.

Do ponto de vista dos construtores e projetistas: em projetos elaborados criteriosamente para a medição individualizada de água, a economia nas instalações hidráulicas situa-se próximo a 22%; maior facilidade de venda dos apartamentos com medição individualizada de água.

Do ponto de vista da comunidade em geral: preservação dos recursos hídricos, com reflexos positivos para o meio ambiente e o ecossistema.

Diante dos inúmeros benefícios acima relacionados, espero poder contar com o apoio dos meus pares para a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões, em

Deputado Jean Kuhlmann

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 253.9/2013

Denomina Rodovia Prefeito Alcides Angelo Saretto, o trecho da Rodovia SC-108 compreendido entre os municípios de Praia Grande e Jacinto Machado.

Art. 1º Fica denominado Rodovia Prefeito Alcides Angelo Saretto, o trecho da Rodovia SC-108 compreendido entre os municípios de Praia Grande e Jacinto Machado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em

Deputado José Milton Scheffer

Lido no Expediente

Sessão de 09/07/13

JUSTIFICATIVA

Submeto a elevada consideração de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei que visa atribuir a denominação de "Prefeito Alcides Angelo Saretto" ao trecho da Rodovia SC-108 compreendido entre os municípios de Praia Grande e Jacinto Machado.

Alcides Angelo Saretto, nasceu no dia 19 de julho de 1937, em Jacinto Machado, filho de Adalberto Saretto e Giovana Saretto, homem responsável, de caráter, íntegro e trabalhador, dedicado a

família, marcou fortemente na região por ter pautado as suas atuações, sempre em defesa das causas sociais.

Considerado uma liderança nata, uma referência política em sua comunidade, foi eleito prefeito de Jacinto Machado, nas eleições de 03 de outubro de 1996, recebendo das urnas 3.930 votos.

Foi vereador por duas vezes no município de Jacinto Machado, uma na 2ª Legislatura, 1963/1967, e na segunda vez foi na 4ª Legislatura, 1970/1973.

Nos dois mandatos de vereador e nos quatro anos como chefe do Poder Executivo municipal de Jacinto Machado, procurou dignificar a representação popular conquistada e atender os anseios da população ávida à época por melhorias. Assim, deixou sua marca, pela sua força de vontade, pelo seu denodo e espírito comunitário e pela constante preocupação com os menos favorecidos, executando inúmeras obras em benefício da população, focando sua atenção, em especial relevo na educação, saúde, infraestrutura urbana e rural, sem perder de vista suas atuações, sempre em defesa das causas sociais, na atenção aos idosos através da Assistência Social, não medindo esforços para buscar recursos junto aos órgãos estaduais.

Foi parceiro da Câmara de Vereadores, no apoio e no incentivo da construção da Sede Administrativa daquele Poder, e grande incentivador para a construção de um centro de convivência para a Terceira Idade, que além de servir aos integrantes da melhor idade, também proporcionou a utilização para toda comunidade, impulsionando o bem estar e o conagraçamento de todos os municípios.

Alcides Angelo Saretto, filho de Jacinto Machado, era homem participativo, nunca se esquivou da luta e dos compromissos para garantir boas condições à sua cidade natal e região, e isso se notou, em face das várias melhorias registradas naquela época no município, como por exemplo, na trafegabilidade e durabilidade da extensa malha viária rural, na segurança dos municípios e demais usuários, onde passa todo o escoamento da produção e as riquezas oriundas da atividade agrícola no município, em substituição as pontes de madeira.

Desenvolveu grande atividade econômica ao longo de sua vida, iniciada como produtor agrícola, pecuarista, comerciante e empresário do ramo de transportes.

Casou-se com a Senhora Marlene Maria Titoni Saretto, teve dois filhos, Adalberto Saretto e Giovana Saretto.

Como pecuarista, seu relacionamento com os pequenos produtores rurais e moradores de toda a região é reconhecido, foi um grande incentivador de Rodeios Crioulo através dos Centros de Tradições Gaúchas, e tamanho envolvimento com a cultura tradicionalista, fazia com que sempre emprestasse de forma gratuita o gado para a realização dos eventos no município e região.

Faleceu aos 68 anos, após ter se submetido à cirurgia cardíaca com sérias complicações.

Um grande líder, que sempre pensou em cuidar das pessoas e teve a solidariedade como ideal, por estas razões de índole social e comunitária, pelo conjunto da obra de ter sido um ser humano voltado às questões e necessidades do próximo, em especial as demandas de sua terra natal, e por incontáveis outras realizações, é que se torna legítima a presente iniciativa, propiciando a este Parlamento, igualmente reconhecer o carinho e a admiração da população de Jacinto Machado ao seu filho ilustre, prestando esta honrosa distinção e merecida homenagem à família do valente desbravador que tão bem soube ajudar a escrever a linda história da região e desta rodovia, engrandecendo ainda mais o legado do povo Catarinense.

Assim, nada mais justo que prestarmos homenagem a esse honroso cidadão, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao município de Jacinto Machado e região. Submeto esta iniciativa legislativa para a apreciação dos Senhores Parlamentares, e, por conseguinte peço o apoio, no sentido de ver aprovado o projeto de lei em comento.

Deputado José Milton Scheffer

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 254.0/13

Dispõe sobre a obrigatoriedade de advertência quanto aos malefícios do consumo de bebidas alcoólicas e do uso de drogas nos livros didáticos distribuídos nas unidades escolares do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Art. 1º É obrigatória a inserção de advertência, na forma impressa, quanto aos malefícios do consumo de bebidas alcoólicas e do uso de drogas, em todo livro didático das unidades escolares do Estado de Santa Catarina.

§ 1º Os livros distribuídos nas escolas da rede pública estadual e municipal, deverão cumprir o disposto no *caput*, na forma da regulamentação expedida por suas Secretarias de Educação.

§ 2º As Unidades de ensino particulares deverão informar às suas editoras fornecedoras à obrigatoriedade contida nesta Lei.

Art. 2º O texto da advertência citada no *caput* do art. 1º será redigido e distribuído pela Secretaria Estadual de Educação às editoras, havendo a obrigatoriedade de no mínimo, uma inserção por livro.

Parágrafo único. O texto a que se refere o *caput* ocupará página inteira, podendo conter ilustrações.

Art. 3º As determinações contidas nesta Lei deverão ser implantadas no próximo ano letivo.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição Estadual.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões em,
Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/13

JUSTIFICATIVA

O problema das drogas vem crescendo de forma espantosa no Estado de Santa Catarina. Hoje um dos maiores problemas enfrentados nos lares catarinenses é o consumo de drogas cada vez mais precoce por parte das crianças e adolescentes em idade escolar.

Conhecedores do importante papel da escola na formação do Ser Humano, a adoção desta simples medida objeto deste projeto de lei servirá ainda de material para debate em sala, que com a participação dos professores, dará maior credibilidade na ação de prevenção proposta pela lei em tela.

Com esse objetivo, proponho que seja garantida a inserção nos livros didáticos, distribuídos por escolas públicas da Rede Municipal, Estadual e também pelas unidades Particulares, uma vez que teremos um ponto maior de apoio na conscientização e diminuição dos danos trazidos pela dependência química, física e psíquica que o uso de álcool e drogas causa a sociedade. Saindo da contemplação e passar para a ação. Agir preventivamente é garantir um futuro melhor e sem drogas ou bebidas alcoólicas para todos os jovens. Pelo exposto apoio de meus nobres Pares na aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões em,
Deputado Jean Kuhlmann

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 255.0/13

Denomina de "Raul Goedert" a rodovia que faz a ligação entre o município de Imbuia ao entroncamento com a SC-350.

Art. 1º Fica denominada "Raul Goedert" a rodovia que faz a ligação entre o município de Imbuia ao entroncamento com a SC-350.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado Aldo Schneider

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresento à consideração dos eminentes Pares deste Parlamento visa atribuir a denominação de "Raul Goedert" a rodovia que faz a ligação entre o município de Imbuia ao entroncamento com a SC-350.

Objetiva-se com o presente projeto homenagear a memorável figura do Senhor Raul Goedert que, em razão de antevisão e empenho pessoal, proporcionou ao município de Imbuia e à região do Alto Vale crescimento econômico e social.

O homenageado, nascido em 12 de setembro de 1934, sem sombra de dúvida, foi um dos cidadãos que em muito contribuiu ao desenvolvimento comunitário tendo, notadamente, entre as suas inúmeras realizações, empreendido decisivas ações no sentido de viabilizar melhores dias a muitos catarinenses.

Entre as suas atividades se destacam serviços como Capelão e Catequista, bem como, participou ativamente da atividade política municipal.

Foi líder atuante e exerceu o mandato de Prefeito Municipal de Imbuia de 1977 a 1983. Em sua administração destacou-se pela atuação na área da saúde, da educação e no âmbito social.

Faleceu em 26 de julho de 1995, deixando aos seus familiares e à população o testemunho de um cidadão ativo e generoso, bem como de uma pessoa extremamente dedicada.

Assim, diante da justiça do pleito solicitado aos nobres Pares desta Casa a aprovação do Projeto de Lei.

Deputado Aldo Schneider

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 256.1/2013

Declara de utilidade pública o Centro de Reabilitação Humana Fazenda São Jorge II, de Araranguá.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro de Reabilitação Humana Fazenda São Jorge II, com sede no município de Araranguá.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo 1º, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em
Deputado José Milton Scheffer

Lido no Expediente
Sessão de //13

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa declarar de utilidade pública estadual o Centro de Reabilitação Humana Fazenda São Jorge II, com sede no município de Araranguá.

Diante da relevância dos propósitos em que se pauta a referida entidade, que tem por finalidade precípua a valorização integrada do ser humano carente de estabilidade emocional, moral e social, buscando sua reabilitação ao convívio social.

A entidade mantém serviço de recuperação de toxicômanos, alcoólatras e outros entorpecentes, através de grupos de apoio e internamento em fazendas com assistência integral, visando à reabilitação e reintegração à sociedade.

Assim, solicito aos Nobres Pares o apoio e acolhimento da presente proposição para que a entidade possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente.

Deputado José Milton Scheffer

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007.8/2013

Dispõe sobre a adoção de critérios socioambientais na aquisição de bens, contratação, execução e fiscalização de serviços e obras pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina:

Art. 1º As especificações para a aquisição de bens, contratação, execução e fiscalização de serviços e obras no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina deverão conter critérios socioambientais compatíveis com o desenvolvimento sustentável.

§ 1º Para o cumprimento do disposto nesta Resolução, o instrumento convocatório deverá formular as exigências de natureza ambiental de forma a não frustrar a competitividade.

§ 2º Nas licitações que utilizem como critério de julgamento o tipo melhor técnica ou técnica e preço, deverão ser estabelecidos no edital, no que couber, critérios objetivos de sustentabilidade ambiental para a avaliação e classificação das propostas.

Art. 2º O projeto básico, o projeto executivo e as demais exigências para a contratação de obras e serviços de engenharia devem contemplar, no que couber, critérios socioambientais, visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

- I - adoção de soluções passivas de iluminação, ventilação e condicionamento térmico;
- II - utilização de sistemas de iluminação artificial, ventilação mecânica e condicionamento térmico artificial de maior durabilidade e que ofereça menor impacto ambiental;
- III - especificação de produtos e soluções projetuais que garantam economia e facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço;
- IV - utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- V - emprego de mão de obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação, observando-se a minimização do impacto socioambiental;
- VI - adoção das normas técnicas pertinentes, em especial no que se refere à saúde, acessibilidade, segurança do trabalho e gestão ambiental;
- VII - uso eficiente dos recursos naturais;
- VIII - garantia da procedência legal dos recursos naturais; e
- IX - observância dos princípios da Acessibilidade e do Desenho Universal.

Art. 3º Os procedimentos de aquisição, contratação, execução e fiscalização de bens e serviços devem considerar, no que couber, critérios socioambientais, tais como:

- I - avaliação da real necessidade de aquisição ou contratação;
- II - menor impacto sobre recursos naturais;
- III - preferência por material, matéria-prima, tecnologia local e geração de empregos com mão de obra local;
- IV - economia no consumo de água e energia;
- V - gestão dos resíduos.
- VI - racionalização do uso de matérias-primas, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e seu descarte;
- VII - redução de emissão de poluentes;
- VIII - adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente;
- IX - utilização de produtos de baixa toxicidade;
- X - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- XI - utilização mais eficiente dos recursos naturais e com menor impacto socioambiental;
- XII - uso de inovações que reduzam o impacto ambiental, maior vida útil e menor custo de manutenção dos bens da obra;
- XIII - garantia da procedência legal de recursos naturais;
- XIV - os custos de um produto ou serviço ao longo de toda a sua vida útil;
- XV - desmaterialização de processos; e
- XVI - acessibilidade e inclusão social da pessoa com deficiência.

Art. 4º Caberá à Mesa Diretora, estabelecer ações visando à regulamentação de procedimentos e elaboração de manuais com o objetivo de viabilizar a adoção dos critérios estipulados nesta Resolução.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não inviabiliza a adoção imediata dos critérios constantes desta Resolução, no que couber.

Art. 5º Havendo regulamentação, os órgãos ou servidores responsáveis pelos procedimentos constantes dos artigos 1º, 2º e 3º, nas situações em que não couber a utilização de critérios socioambientais, justificarão expressamente, no respectivo processo, os motivos da impossibilidade e/ou da inviabilidade.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/13

JUSTIFICATIVA

Senhores e Senhoras deputadas a implementação do desenvolvimento sustentável no Estado de Santa Catarina reclama, dentre outras medidas, a adoção de critérios que levem em consideração a conservação do meio ambiente e a utilização criteriosa dos recursos naturais na aquisição de bens, contratação, execução e fiscalização de serviços e obras.

Creemos que não existe possibilidade de desenvolvimento econômico que não seja o sustentável e que atento a essa diretriz esta Casa deva assumir relevante papel de indutor e de ator na construção de ações e políticas públicas que considerem a inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com capacidade de suporte.

A Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela lei n. 12.232, de 29 de abril de 2010, estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O processo de licitação tem por escopo garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

Com a implantação da licitação sustentável ou compras públicas sustentáveis, o gestor público deverá considerar a variável ambiental para nortear suas decisões, atendendo para que sejam adotados procedimentos ambientalmente corretos, socialmente justos e economicamente viáveis e ainda de forma a não frustrar a competitividade.

Ressalta-se e é importante ressaltar que a decisão de se realizar uma licitação sustentável não implica, necessariamente, em maiores gastos de recursos financeiros. Isso porque nem sempre a proposta mais vantajosa é a de menor preço.

Diante do exposto, por se tratar de uma proposição de relevante cunho sócio ambiental, que poderá servir de salutar exemplo para outros órgãos da administração pública municipal e estadual que aguardo de meus nobres Pares a sua regular tramitação e conseqüente aprovação.

Sala das Sessões,
Deputada Angela Albino

*** X X X ***